



Jornal Gratuito

Mesquita quer "my loves" com cadeiras e promete automotoras para Beira

O ministro dos Transportes e Comunicações anunciou na Assembleia da República que os "my loves" vão continuar a transportar os moçambicanos porém terão de ter cadeiras e cobertura. Em campanha eleitoral Carlos Mesquita anunciou, para breve, automotora para os corredores Maputo - Goba, Maputo - Ressano Garcia, Maputo - Chicualacuala, Beira - Moatize e Beira - Marromeu.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Parlamento



Aproveitando a pergunta da bancada parlamentar do partido Frelimo o ministro Carlos Mesquita fez um balanço positivo do seu trabalho, particularmente no transporte urbano de passageiros na Cidade e Província de Maputo que passou a contar com 365 autocarros a operarem em 74 rotas e mais 18 a funcionarem durante a noite em 9 rotas.

Realista o ministro dos Transportes e Comunicações admitiu que: "Os veículos de caixa aberta, poderão continuar a curto prazo, a servir de alimentadores dos principais corredores de transportes através da concessão de rotas. A legitimação dos mesmos, irá permitir a responsabilização dos automobilistas em caso de contravenções".

Porém Mesquita pretende que as carrinhas de caixa aberta que transportam pessoas, conhecidas popularmente por "my loves" passam a "reunir requisitos referentes a comodidade e segurança", nomeadamente cadeiras e cobertura, como aliás funcionavam nos anos 90.

Indiferente a responsabilidade do Governo, do qual é membro, na morte de dezenas de moçambicanos em naufrágios por viajarem em barcos inapropriados para o transporte de passageiro o titular dos Transportes prometeu embarcações para algumas das centenas de povoações e vilas que tem no transporte marítimo a única via de ligação com

continua Pag. 02 →

www.verdade.co.mz

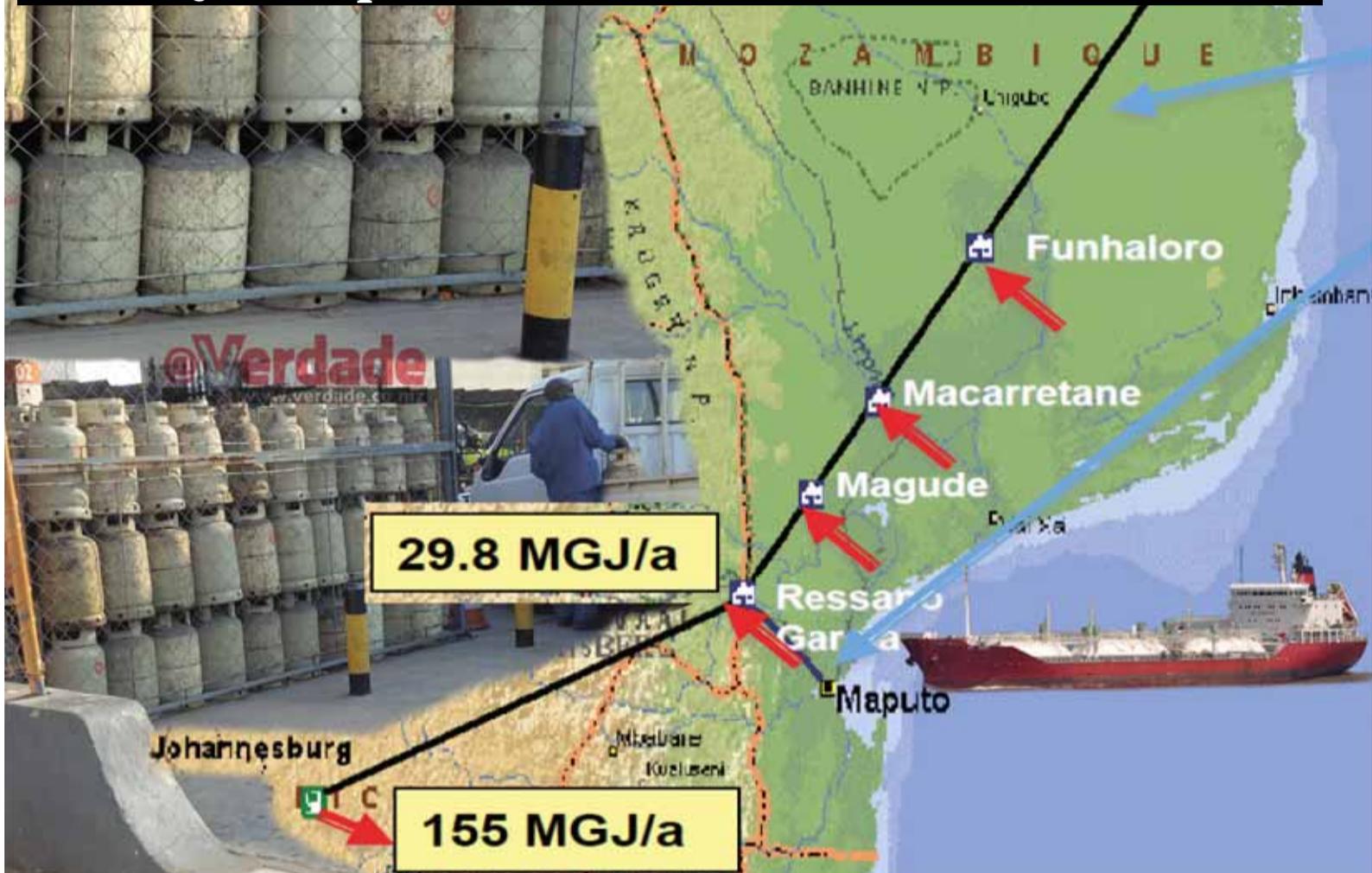
Sexta-Feira 24 de Maio de 2019 • Venda Proibida • Edição N° 547 • Ano 11 • Fundador: Erik Charas

Pergunta
à Tina

email
averdadademz@gmail.com

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA
DE SABER SOBRE SAÚDE
SEXUAL E REPRODUTIVA

Gás extraído em Inhambane não serve para cozinhar em Moçambique nem baixa o custo da electricidade



O gás natural extraído em Inhambane nunca foi transformado em LPG (Liquefied Petroleum Gas ou GPL Gás liquefeito de Petróleo), e usado para cozinhar em Moçambique. "O gás de cozinha vem de diversas fontes, recebemos da Nigéria, já recebemos do Chile" revelou ao @Verdade o director da IMOPETRO, João Macandja. Apesar de estar a ser usado na produção de energia eléctrica o gás de Pande e Temane também não tem contribuído para a redução da factura que os moçambicanos pagam à Electricidade de Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 02 →

Eugénio Numaio esclarece que não está envolvido no tráfico de armas para a matança de rinocerontes, "acho que fui imprudente"

Eugénio Numaio, um dos sócios da empresa que está no epicentro do tráfico de armas de fabrico checo, que passam por Moçambique e são usadas na caça furtiva na África do Sul, esclareceu ao @Verdade que não participa da gestão da Investcon Lda. "A gestão era com eles", em alusão aos sócios sul-africanos Johan Stoltz e Gabriel Stoltz, explicou que Limnetzi Safaris "é deles, não faz parte daqueles 10 mil hectares que trabalharam comigo" e admitiu "acho que fui imprudente".

Texto & Foto: Adérito Caldeira

Na sequência da notícia publicada pelo @Verdade, "Armas que matam rinocerontes na África do Sul são compradas em Maputo com conivência de funcionários do Governo de Moçambique", o cidadão moçambicano Eugénio Numaio esclareceu que nada tem a ver com o tráfico de armas para a caça ilegal.

Numaio, antigo Governador da Província de Gaza e ex-deputado da Assembleia da República, foi mencionado pelo @Verdade como sendo um dos sócios da Investcon Lda, empresa criada em Moçambique em 2006 pelos cidadãos sul-africanos Johan Rudolph Stoltz e Gabriel Petrus Stoltz, assim como o moçambicano Isaac Arnaldo Samuel.



De acordo com uma investiga-

namental Conflict Awareness Project a Investcon Lda adquiriu, entre 2013 e 2015, pelo menos 113 carabinas calibre 375 e 458 da marca CZUB em revendedores do ramo em Maputo, ExploAfrica /Afrocaça e Casa Fabião.

Nesse período a caça ilegal do rinoceronte no Parque Nacional Kruger aumentou para mais de oito centenas de animais num ano, autópsias revelaram terem sido mortos por carabinas calibre 375 e 458, muitas apreendidas com caçadores ilegais e com os números de série das armas adquiridas pela Investcon Lda.

Eugénio Numaio declarou ao @Verdade ter sido apresentado a Johan continua Pag. 02 →

ção da organização não gover-

→ continuação Pag. 01 - Gás extraído em Inhambane não serve para cozinhar em Moçambique nem baixa o custo da electricidade

Os moçambicanos não percebem porque razões sendo o país produtor de gás natural, desde 2001, o preço das botijas de gás não se torna mais barato e que motivos ditam a escassez do combustível em alguns períodos.

A verdade é que grande parte do gás natural extraído pela petrolífera Sasol é exportado para a África do Sul e não é o adequado para ser transformado em gás de cozinha. Existe algum gás natural que é canalizado para cerca de 2 mil famílias na Província de Inhambane mas a sua massificação para o resto dos moçambicanos não tem viabilidade económica.

"O gás natural, aquele que é extraído em Temane, chama-se LNG" começou por esclarecer ao @Verdade o director da Importadora Moçambicana de Petróleos (IMOPETRO), explicando que "é completamente diferente do gás usado nas botijas, nós estamos a usar o liquefeito, que é derivado de petróleo, um sub produto das refinarias de crude".

João Macandja clarificou que o LPG/GPL usado em Moçambique é uma mistura de probano e butano, "é a nossa especificação, tem a ver com o tipo de equipamentos que temos aqui, tem a ver com as temperaturas de África".

O director da IMOPETRO revelou que até 2012 o gás de cozinha era importado da África do Sul, "vinha da refinaria da Engen ou da refinaria da Sasol, que produzem a partir de carvão" em camiões cisterna.

"Os volumes começaram a subir, hoje é quase impossível pensar que aquilo que Moçambique consome de gás (de cozinha) pode ser importado da África do Sul via camião. Nós estamos com um consumo hoje em dia de 150 toneladas, para as termos deveríamos receber no mínimo 8 camiões cisterna (de 20 toneladas) por dia, o que é um pesadelo, só para descarrregar cada um demora 4 horas, e depois era preciso fazer o enchimento das botijas", disse Macandja.

De acordo com o nosso entrevistado Moçambique deixou de importar gás de

cozinha da África do Sul "quando a Petromoc investiu na infra-estrutura de armazém de cerca de 3 mil toneladas de GPL (na Matola), nessa altura deixamos de importar de camião (...) Na verdade o



que nós passamos a ter é o efeito de economia de escala, a partir da altura em que começamos a lançar concursos para segmentos maiores".

Gás de Pande e Temane também não tem contribuído para a redução da factura que os moçambicanos pagam à EDM

Portanto o gás natural extraído em Temane e Pande não serve as cozinhas dos moçambicanos, salvo uma pequena minoria que em Inhambane recebe-o canalizado, da produção anual que ronda os 185 milhões de gigajoules apenas 6 milhões de gigajoules são destinados ao nosso país e está a ser usado maioritariamente na produção de energia eléctrica pela Produtores Independentes Gigawatt Moçambique, Central Térmica de Ressano Garcia e, desde o ano passado, a Central Termoeléctrica de Ciclo Combinado de Maputo.

Mas a energia produzida por estes Produtores Independentes (IPP, Independent Power Producer) com gás natural de Moçambique é um grande encargo para a Electricidade de Moçambique (EDM) e foi um dos motivos dos sucessivos aumentos dos preços da energia para os moçambicanos.

O @Verdade apurou que quando entraram em funcionamento pleno, em 2016,

→ continuação Pag. 01 - Eugénio Numaio esclarece que não está envolvido no tráfico de armas para a matança de rinocerontes, "acho que fui imprudente"

Rudolph Stoltz e Gabriel Petrus Stoltz, filho e pai, anos depois de estabelecer-se como empresário moçambicano no sector de turismo de conservação e proteção da fauna bravia na Província de Gaza que lhe pedida "assessoria", "disserem que queriam identificar uma área para montar um empreendimento de conservação e safari especialmente de búfalos".

"Dei assistência nisso porque tenho um escritório de consultoria. Depois disseram que não gostaram separar-se de mim, em vez de me pagarem em dinheiro, ainda não temos vemos a busca de investimento, queremos dar uma percentagem no projecto, aceitei (25 por cento). Pensei que fosse coisa séria. Fui visita-los várias vezes no hotel na Matola (onde os Stoltz operavam o Vaquinha Guesthouse), ao velho Gabriel e o jovem Johan com a esposa", contou.

"O meu mal foi aceitar a tal oferta, em vez de receber um pagamento pelos serviços que prestei"

Numaio disse que o projecto a que se associou da Investcon Lda era para explorar 10 mil hectares em Dumela, no posto Administrativo de Pafuri, no Distrito de Chicualacuala, porém "demorou muito a sair o DUAT. Eles (Johan Stoltz e Gabriel Stoltz) à revelia compraram uma propriedade perto, a um senhor que tinha gado, e montaram um campismo. A gestão era com eles e nem tinha tempo para estar lá".

"Sei que requereram 5 armas que, segundo o Johan, no dia em que foram levar no Ministério do Interior, a chegada a propriedade um grupo assaltou-os e levaram as armas. Disse que reportaram o assunto a polícia, na esquadra da Mozal. Requereram mais 7 (armas) para começarem a caçar. Mas esse projecto é deles, não faz parte daqueles 10 mil hectares que trabalharam comigo", afirmou Eugénio Numaio enfatizando que "se eles tinham outras actividades eram à parte, não sei o que se passou".

Numaio revelou que quando a investigação da Conflict Awa-

reness Project foi revelada, pela primeira no ano passado pelo programa televisivo Carte Blanche, "o Johan veio ter comigo e disse que já accionamos nosso advogado em Nelspruit, antes de sentarmos para ver o que se passava".

Segundo Numaio após contactarmos um advogado em Moçambique decidiu a fazer uma exposição "ao Ministério do Interior, mencionamos as armas roubadas e as 7 requeridas. Nunca nos responderam".

Após a publicação do artigo do @Verdade, "Na semana passada falei novamente com o Johan, saiu mais uma notícia, apertei-lhe sobre o que aconteceu para sair novamente. Disse-me que suspeitam que a rede do sindicato dos caçadores pode ter aliança nas instituições que emitem as licenças e terem forjado alguma coisa em nome da nossa empresa", ajoutou.

"Eu acho que fui imprudente", desabafou Eugénio Numaio que admitiu, "o meu mal foi aceitar a

todos os dias

FACTOS

A verdade em cada palavra.

www.verdade.co.mz

facebook.com/JornalVerdade

twitter.com/verdademz

Email: averdademz@gmail.com

Evolução dos Custos de Aquisição de Energia [Milhões de USD]

Custos em 2018 (327 MUSD):
 - HCB: 56,7 MUSD
 - IPP: 258 MUSD
 - Importação: 12,6 MUSD



custaram 238 milhões de Dólares dos 333 milhões que a EDM despendeu na compra de energia eléctrica para revender aos moçambicanos, enquanto a Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) o custo foi de 41 milhões.

Em 2017 a factura da Electricidade de Moçambique com Gigawatt Moçambique e a Central Térmica de Ressano Garcia subiu para 255 milhões de Dólares norte-americanos, enquanto o custo da HCB reduziu para 30 milhões.

O @Verdade descortinou que o custo destes IPP's é muito mais alto do que da Hidroeléctrica de Cahora Bassa. Enquanto a HCB vende cada quilowatt/hora a 3,5 céntimos do Dólar a Gigawatt Moçambique e a Central Térmica de Ressano Garcia, vendem a 10 e 15 céntimos do Dólar por quilowatt/hora, respectivamente.

A dúvida que os moçambicanos têm porque motivos a EDM compra energia mais cara a Produtores Independentes se Cahora Bassa "é nossa" desde 2007 foi clificada pelo Governo, na Assembleia da República.

Eskom compra energia de Cahora Bassa por dez vezes que a EDM

A HCB "foi concebida e desenvolvida exclusivamente para fornecer energia a África do Sul, existindo por isso contratos de longo prazo celebrados no período

anterior a independências e cujas bases, mesmo com a reversão ainda se encontram em vigor", declarou o ministro da Energia e Recursos Minerais, durante a última sessão de Perguntas ao Governo pelos deputados do Parlamento.

"Com a independência nacional foram encetadas negociações que permitiram a alocação de energia do empreendimento de Cahora Bassa para Moçambique e foram estabelecidas as bases para incrementos subsequentes, dentro de uma reserva que foi crescendo mas ainda limitada até aos actuais 300 Megawatts de potencia firme, mantendo-se a África do Sul como o principal tomador com 80 por cento dos direitos. Procuramos assim seguir o mesmo processo e neste quadro que, após a reversão, foram negociadas alocações não firmes estando em curso um processo visando o incremento de potencia firme para mais 200 Megawatts em condições que assegurem mais disponibilidade para Moçambique e a sustentabilidade do empreendimento", explicou semana passada Ernesto Max Tonela.

O @Verdade sabe que os contratos da HCB com sul-africana Eskom e que remontam ao período anterior a independência nacional duram pelo menos até 2029.

O @Verdade apurou que a Eskom compra a energia de Cahora Bassa a 0,35 céntimos do Dólar por quilowatt/hora, dez vezes menos do que o preço que vende à Electricidade de Moçambique.

→ continuação Pag. 01 - Mesquita quer "my loves" com cadeiras e promete automotoras para Beira

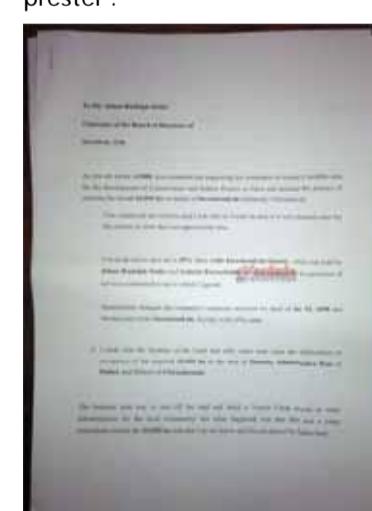
o resto de Moçambique.

No transporte aéreo Carlos Mesquita falou sobre algumas melhorias que vão acontecer nos aeroportos da Beira, Nampula e Quelimane mas nenhum referência fez ao aeroporto internacional de Nacala que continua a receber apenas voos das LAM e parece servir melhor como salão de festas.

Mesquita vangloriou-se das melhorias no transporte ferroviário de passageiros, em todas as lihas e anunciou a aquisição, em finais deste ano ou início do próximo, de mais 300 vagões e 90 carros para reforçar os sistemas Ferroviários do Sul e Centro.

"Acresce a este investimento que o Governo está a fazer, a aquisição de 4 automotoras do regime metrobus, que temos experiência aqui o Maputo, com a introdução de 6 carruagens em cada automotora para cada um dos corredores Goba, Ressano Garcia, Chicualacuala, Beira - Moatize e Beira Marromeu" prometeu também o ministro Carlos Mesquita.

tal oferta, em vez de receber um pagamento pelos serviços que prestei".



Numaio apresentou ao @Verdade cópia de uma carta dirigida a Johan Rudolph Stoltz, na qualidade de Chairman of the board of directors of Investcon Lda, renunciando aos 25 por cento da quota que lhe foi atribuída pela "assessoria", contudo "agora nem sei onde está o escritório, não sei se venderam o hotel, pode ser que haja banditismo", concluiu.

Governo continua adiar Lei do Conteúdo Local em Moçambique

A pouco menos de 1 mês de ser anunciado o maior investimento directo estrangeiro de sempre em Moçambique o Governo de Filipe Nyusi continua a adiar a Lei de Conteúdo Local para proteger as empresas moçambicanas. "Fizemos as alterações que foram recomendadas e estamos a devolver para os tomadores de decisão", revelou ao @Verdade o diretor nacional de Estudos Económicos e Financeiros no Ministério da Economia e Finanças.

Texto: Adérito Caldeira

No próximo dia 18 de Junho a Anadarko Petroleum Corporation, e os seus parceiros no consórcio que vai explorar o gás natural existente na Área 1 do Bloco do Rovuma, vão anunciar a Decisão Final de investir 26,5 biliões de Dólares norte-americanos em Moçambique, mais do que foi investido por todos projectos nos últimos 5 anos.

Durante o ano passado pelo menos 270 novas empresas estrangeiras registraram-se em Moçambique de olho nos negócios que os investimentos do gás natural na Província de Cabo Delgado vão demandar. As petrolíferas deixaram claro que consideram empresa moçambicana todas aquelas registadas no nosso país independentemente dos sócios searem estrangeiros, e o Governo calou-se.

Tal como o anterior, que deu início a preparação da lei que poderá impor a presença do sector privado moçambicano como fornecedor de serviços e bens das petrolíferas, o Executivo de Filipe Nyusi vai atrasando a aprovação de um dispositivo legal que já tem idade de adolescente.

Nesta segunda-feira (20), diretor nacional de Estudos Económicos e Financeiros no Ministério da Economia e Finanças, Vasco Nhabinde, entidade que liderou a preparação com a Confederação das Associações Económicas, admitiu ao @Verdade que "a bola está do lado do Governo, fizemos as alterações que foram recomendadas e estamos a devolver para os tomadores de decisão".

"Esteve no Conselho Económico (do Conselho de Ministros), foi debatida, foi recomendado fazer algumas alterações, sobre as quais nós já trabalhamos, vai ser devolvida ao Conselho Económico penso que daqui a mais uma semana e dai dependerá da decisão que o Conselho Económico e Social fizer para avançar", revelou Vasco Nhabinde.

O representante do Ministério da Economia e Finanças esclareceu ao @Verdade que "o draft que existe até hoje é de consenso com o sector privado, portanto aquilo que é a posição do sector privado ao nível técnico com o sector público estamos harmonizados".

Recorde-se que discursando na XVI Conferência Anual do Sector Privado o Presidente Filipe Nyusi afirmou que a Lei de Conteúdo Local dependia da boa vontade das petrolíferas que vão explorar o gás natural existente no Bloco do Rovuma.

HCB lança OPV de apenas 2,5 por cento do seu capital... para cumprir promessa de Nyusi



A Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) lançou nesta segunda-feira (20) a Oferta Pública de Venda (OPV) das suas acções numa corrida contra o tempo para garantir o cumprimento da promessa de Filipe Nyusi, que está a pouco meses de terminar o seu 1º mandato. Porém, em vez dos 7,5 prometidos em 2017 pelo Chefe de Estado, estarão disponíveis na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) apenas 2,5 por cento do capital social da HCB cujos Administradores deram a entender não estarem muito preocupada com o valor que poderão obter dessa venda que é destinada apenas a cidadãos e empresas nacionais.

Texto & Foto: Adérito Caldeira continua Pag. 04 →

FMI prevê que depois do PIB cair para 1,8 vai haver "uma recuperação para 6 por cento liderada muito pela agricultura"

O Fundo Monetário Internacional (FMI) confirmou nesta segunda-feira (21) a projecção avançada pelo @Verdade que a economia de Moçambique vai desacelerar para 1,8 por cento devido ao impacto do Ciclone Idai. Contudo Ari Aisen projecta "uma recuperação para 6 por cento liderada muito pela agricultura".

Texto & Foto: Adérito Caldeira

Enquanto o Governo continua por rever em baixa o impacto do Ciclone Idai na economia nacional o FMI reviu o cenário macroeconómico de Moçambique.

"Tanto o Idai como o Kenneth vão causar uma revisão na taxa de crescimento, a nossa projecção era de 3,8 por cento antes do Idai acontecer, hoje a nossa projecção é de 1,8 por cento, claramente uma queda do desempenho da economia moçambicana esse ano, mas uma recuperação para 6 por cento liderada muito pela agricultura", indicou o representante do FMI em Moçambique.

Ari Aisen, que apresentou em Maputo as Perspectivas Económicas para África Subsariana e Moçambique, disse que o impacto destas Calamidades Naturais: "É o que a gente chama ajuste em V, a verdade é um desempenho em V".

A boa notícia, de acordo com o representante do FMI é que "não é um choque que vai requerer muitos anos de crescimento para



poder compensar".

Após a queda de 2019 e a retoma em 2020 o Fundo Mone-

tário perspectiva que a economia moçambicana volte "para os 4 por cento, antes dos grandes projectos onde o crescimento dispara", para 9,2 em 2023 e ultrapassa os 11,5 por cento em 2024, quando o projecto de exploração de gás natural na Área 1 da Bacia do Rovuma deverá entrar na fase de produção e exportação.

Entretanto o @Verdade questionou ao representante do FMI como é que a agricultura, envolta em tantos desafios e com taxas de produção baixas, vai liderar o crescimento económico já em 2020 se em 2018 contribuiu para o Produto Interno Bruto com 0,9 pontos percentuais e essa deverá voltar a ser a contribuição a partir do próximo ano.

"Quando você tem uma base estatística que cai muito, vinha com produção agrícola e depois há uma contracção, se restaurar a produção que havia anteriormente a taxa de crescimento será logo maior do que a anterior", explicou Aisen.

Diga-nos quem é o XICONHOGA da semana



Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

A verdade em cada palavra.

→ continuação Pag. 03 - HCB lança OPV de apenas 2,5 por cento do seu capital.. para cumprir promessa de Nyusi

Enfim arrancou o processo público que irá culminar a 12 de Julho com a admissão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa na Bolsa de Valores de Moçambique. "Tem início hoje o processo de comunicação, divulgação desta operação, estendendo-se por um período de 4 semanas, a partir de 17 de Junho até 12 de Julho de 2019, todos os cidadãos, empresas e instituições nacionais com apetência e que sejam elegíveis poderão fazer a sua subscrição para a compra de acções da HCB", declarou o Presidente do Conselho de Administração (PCA) da empresa, Pedro Couto.

Esta OPV, que segundo Couto pretende alcançar "maior inclusão económica dos moçambicanos e acrescentar valor a expressão muito conhecida Cahora Bassa é nossa" e tornar a empresa "é apenas para moçambicanos que sejam trabalhadores da HCB, pequenos investidores singulares, grandes investidores singulares, empresas onde os capitais nacionais sejam superiores a 50 por cento e fundos de pensão.

O custo inicial de cada acção é de 3 Meticais. Investidores da BVM ouvidos pelo @Verdade garantem que é um bom investimento, a possibilidade de lucro é garantido e muito grande, comparando por exemplo com empresas de dimensão bem menor mas cujas acções estão hoje cotadas em 160 Meticais, caso das Cervejas de Moçambique, ou 900 Meticais, que é quanto valorizaram cada acção da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos.

No entanto esta Oferta Pública de Venda inicial contraria a promessa que Filipe Nyusi fez a 26 de Novembro de 2017, no Songo, de dispersar 2.060.661.944 acções correspondentes a 7,5 por cento do capital social da Hidroeléctri-

ca de Cahora Bassa. Nesta primeira tranche a hidroeléctrica que produz energia para os sul-africanos vai apenas colocar no mercado 686.887.315 acções ordinárias, nominativas e escriturais, correspondentes a 2,5 por cento do seu capital social.

HCB não revela quando pretende obter com Oferta Pública de Venda

Couto explicou a jornalistas que após esta primeira tranche, "segue-se após um processo de avaliação como foi executado e analisa-se o momento de realização das tranches subsequentes".

"As razões que levaram a definição de uma tranche inicial são sobejamente conhecidas, o mercado de capitais

te a cerimónia pública que aconteceu na Cidade de Maputo, Pedro Couto afirmou que a cotação da HCB em Bolsa "representa um pilar adicional da consolidação do processo de gestão deste empreendimento, alicerçando-se assim cada vez mais a transparência e aderência às boas práticas internacionais de gestão corporativa, visto que passará a estar mais exposta ao escrutínio público".

Porém a Hidroeléctrica de Cahora Bassa continua a não revelar completamente várias nuances da sua gestão a começar pelo preço de venda de energia a Eskom, o @Verdade apurou que rondava os 0,35 centimos do Dólar por quilowatt/hora, dez vezes menos do que o preço que vende à Electricidade de Moçambique.



ainda é inicial e a operação da HCB com 7,5 por cento da acções cotadas em bolsa é uma mudança grande em termos de envergadura e complexidade de acção, e a necessidade de inclusão obriga-se que se faça um processo de divulgação e aprendizagem dos cidadãos ou dos investidores nacionais", tentou explicar o PCA.

No discurso que fez duran-

Paradoxalmente a participação de 85 por cento do Estado Moçambicano na HCB é feita através da Companhia Eléctrica do Vale do Zambeze (CEZA), uma Sociedade Anónima que tem como único acionista a Electricidade de Moçambique e que foi criada para a gestão do serviço da dívida com os credores da reversão. Oficialmente a reversão ficou concluída em 2017.

Volume de carga manuseada nos portos nacionais cresce 35%

A carga manuseada nos portos nacionais conheceu um crescimento de cerca de 35%, no presente quinquénio. Em 2018, os portos moçambicanos manusearam cerca de 46 milhões de toneladas, contra cerca de 34 milhões em 2014.

Do ponto de vista de contribuição de cada unidade portuária, o Porto de Maputo destaca-se, quer no volume da carga manuseada, quer na consolidação dos seus ritmos de crescimento, durante o quinquénio. Só em 2018, de um total de 46 milhões de toneladas manuseadas em todos os portos nacionais, o Porto de Maputo manuseou cerca de 19,5 milhões de toneladas, o equivalente a cerca de 42%.

Esta informação foi revelada esta segunda-feira, 20 de Maio, pelo ministro dos Transportes e Comunicações, quando procedia à inauguração de cinco simuladores de guindastes, para a formação de operadores de máquinas, no futuro Centro de Formação Portuária do Porto de Maputo.



O investimento neste equipamento tecnológico, dotado de softwares que permitem a simulação de operação de máquinas consoante as necessidades do porto, enquadra-se na estratégia de formação profissional da Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC).

Na ocasião, Carlos Mesquita referiu que os simuladores, ora inaugurados, sinalizam uma decisão muito importante para o desenvolvimento

da actividade de formação portuária: "É nossa expectativa que contribuam para a melhor profissionalização dos trabalhadores, para atingirem cada vez mais melhores índices de eficiência do Porto de Maputo", disse.

O governante encorajou os gestores da MPDC a implementarem a sua estratégia iniciativa de criação de um centro de ensino técnico-profissional para operadores portuários, que vai colmatar não só as necessidades do Porto de Maputo, mas de todos outros operadores portuários do País.

"Nessa perspectiva, exortamos a todos os intervenientes do ramo portuário a se juntarem e acarinharem esta iniciativa da MPDC, formando as necessárias sinergias, para evitar a duplicação de esforços na área de for-

todos os dias

FACTOS

A verdade em cada palavra.

www.verdade.co.mz

facebook.com/JornalVerdade

twitter.com/verdademz

Email: averdademz@gmail.com



"Há-de recordar que a HCB é uma empresa de capital intensivo, a demanda recursos financeiros avultados quer para realizar investimentos de manutenção, de modernização, como para realizar investimentos de expansão e diversificação do seu negócio. Só para lhe dar uma ideia, só para o Capex Vital, que é o projecto imediato de modernização, estamos a falar de uma magnitude de cerca de 500 milhões de Euros. Portanto não existe outra alternativa para uma empresa como a HCB senão ter acesso permanente ao financiamento no mercado financeiro internacional, hoje a questão da credibilidade é fundamental", acrescentou Gameiro.

Manuel Gameiro admitiu que "é verdade que hoje a empresa pode não ter uma grande necessidade como tal, financeiramente a empresa está numa posição bastante saudável, mas tem projectos e tem ambições de médio e longo prazo de tornar-se numa empresa de referência internacional, significa demandar fundos avultados para suportar os seus projectos. Portanto começar a criar hoje esse mercado de capitais para que a empresa a médio e longo prazo se beneficie da liquidez que será criada nesse segmento de mercado".

Ainda não foram tornadas públicas as Demonstrações Financeiras de 2018 da HCB contudo a empresa indica que fechou o exercício com um resultado líquido de 4,6 biliões de Meticais, o dobro do valor base a ser arrecada com a venda de 2,5 por cento de acções a 3 Meticais. Ademais a Hidroeléctrica de Cahora Bassa prevê duplicar esse resultado líquido em 2019, para 8,6 biliões de Meticais, e chegar a 2021 com lucros de 10 biliões de Meticais.

Inspecção Geral do Trabalho suspende dois Inspectores da província de Maputo

Texto: www.fimdesemana.co.mz

mação portuária que temos verificado, desde o encerramento da Escola Ferro-Portuária, em 2002", frisou.

A ausência de uma unidade de formação no País, conforme sustentou Carlos Mesquita, leva a que cada gestor portuário invista na formação de técnicos especializados para operarem equipamento portuário, suportando os elevados custos e demais constrangimentos daí decorrentes.

Refira-se que a inauguração dos simuladores de guindastes foi testemunhada pelo vice-ministro do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Oswaldo Petersburgo, e do secretário permanente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Celso Laice.

O Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS), através da Inspecção Geral do Trabalho (IGT) na sequência de denúncias efectuadas pelas empresas Ourivesaria Kawai e Gozo Azul, sedeadas na Ponta de Ouro, distrito de Matutuine, reportando um caso de corrupção, iniciou um processo exaustivo de averiguação, tendo para o efeito deslocado uma equipa àquele distrito, com vista à audição dos representantes das empresas denunciadas, do inspector chefe da delegação da IGT da província de Maputo e de outros intervenientes no processo.

Tendo em conta a legitimidade da denúncia, bem como os fundamentos arrolados, a Inspecção Geral do Trabalho decidiu instaurar processos disciplinares contra dois inspectores da delegação da província de Maputo, para a sua responsabilização.

Padre católico assassinado na Beira

Um padre afecto à paróquia Sagrado Coração de Jesus na Cidade da Beira, na Província de Sofala, foi assassinado na noite do passado domingo (19). A polícia prendeu três suspeitos.

Texto: Redacção

Landry Ikwel foi encontrado na casa residência que ocupava no bairro da Manga com golpes de faca na barriga, no pescoço e sinais de ter sido envenenado.

A Polícia da República de Moçambique (PRM) não encontrou sinais de roubo ao sacerdote católico que acabou por perder a vida no hospital.

De nacionalidade congolresa, com 47 anos de idade, o padre Landry residia na Beira há quase uma década e recentemente liderou acções de combate à corrupção na congregação onde estava afecto.

Três jovens foram detidos nesta terça-feira (21) em conexão com o assassinato.

Com crise e economia a desacelerar Millennium bim aumenta lucros bilionários



No segundo ano da crise económica e financeira em que Moçambique está mergulhado e teve o Produto Interno Bruto a desacelerar para níveis de há duas décadas atrás o Millennium bim conseguiu aumentar ainda mais os seus lucros: o resultado líquido atingiu o valor mais elevado dos últimos quatro anos, passando de 3,4 biliões em 2015 para 6,4 biliões de Meticais em 2018, a margem financeira cresceu de 11,4 biliões em 2017 para inéditos 12,3 biliões de Meticais.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 06 →

ANC faz vontade da Frelimo e África do Sul extradita Chang para Moçambique

O ex-ministro das Finanças e assinante das dívidas ilegais, Manuel Chang, vai ser extraditado para Moçambique, anunciou nesta terça-feira (21) o Ministério sul-africano da Justiça e Desenvolvimento Constitucional confirmando a decisão política do partido ANC em aceder aos desejos dos seus "camaradas" da Frelimo.

Texto: Redacção • Foto: OpenNewsSA

"Eu decidi que o acusado, o senhor Manuel Chang, será extraditado para enfrentar julgamento pelos seus alegados crimes em Moçambique", declarou em comunicado o ministro da Justiça e Serviços Correcionais da África do Sul, Michael Masutha.

gumas semanas antes do que pedido da República de Moçambique. Contudo, analisando o assunto no contexto global, tendo em considerado os critérios do Tratados de extradição da África do Sul para os Estados Unidos e por outro lado o Protocolo de extradição

da Justiça será melhor servido acedendo ao pedido da República de Moçambique".

Contudo mais do que os factos judiciais parecem ter pesado na decisão os laços históricos dos partidos libertadores que estão no poder na África do Sul e em Moçambique, o ANC e a Frelimo, respectivamente, tal como prenunciara a ministra sul-africana da Cooperação e Relações Internacionais, Lindiwe Sisulu, em Fevereiro.

Chang, que assinou as Garantias bancárias ilegais que possibilitaram os empréstimos da Proindicus, MAM e EMATUM, foi detido pela Polícia Internacional (Interpol) a 29 de Dezembro no Aeroporto Internacional OR Tambo, onde estava em trânsito de Maputo para o Dubai, ao abrigo de um mandado de captura internacional emitido pela Justiça norte-americana.

Contudo o United States District Court for Eastern District of New York não pretende julgar o ex-ministro das Finanças pelas violações da Constituição da

República de Moçambique violações das leis orçamentais mas por fraude electrónica, fraude de valores mobiliários, suborno e branqueamento de capitais.

Por outro lado, a decisão de extraditar Chang para Moçambique pode ser uma reafirmação da soberania da África do Sul no âmbito da guerra comercial entre os EUA e a China, afinal o país vizinho é um aliado comercial do país asiático no grupo dos países emergentes conhecido como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Tendo em conta que a imunidade de deputado da Assembleia da República não foi levantada é expectável que Manuel Chang possa até ser detido quando chegar ao Aeroporto Internacional de Maputo, mas será uma questão de tempo (pouco) até voltar a estar livre enquanto aguarda que a Procuradoria-Geral da República o acuse formalmente e quiçá possa ser julgado... nunca antes das Eleições Gerais de Outubro próximo.



Pode-se ainda ler no comunicado que Masutha notou "que o pedido dos Estados Unidos da América foi submetido al-

da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, assim como os factos relevantes, estou satisfeito que o interesse



→ continuação Pag. 05 - Com crise e economia a desacelerar Millennium bim aumenta lucros bilionários

A crise que os moçambicanos vivem, precipitada por empréstimos ilegalmente contraídos em bancos estrangeiros, aliada a Política Monetária implementada pelo Banco de Moçambique que está a ser uma oportunidade para lucros inéditos para as instituições financeiras que operam no nosso país.

Suplantando os lucros de 9,8 biliões de Meticais e resultado líquido de 4 biliões de Meticais do Banco Comerciais e de Investimentos, considerado o maior banco em Moçambique, o Millennium bim obteve no exercício económico de 2018 os maiores proveitos desde que opera no nosso país.

“O ano de 2018 pautou-se por um desaceleração do crescimento da economia moçambicana. A tendência que se verificou ao longo do ano na descida das taxas de juro de referência, bem como o aumento da concorrência que se fez sentir no mercado, faziam adivinhar um ano com uma tendência de descida ao nível dos seus resultados. No entanto, a realidade sobrepujou-se registando o banco uma Margem Financeira que aumentou em 912 milhões de Meticais face a 2017”, afirma no seu Relatório e Contas do ano passado.

No documento a instituição financeira regista que a margem financeira aumentou 8 por cento, totalizando 12,3 biliões de Meticais em 2018, face aos 11,4 biliões de Meticais apurados em 2017, impulsionada essencialmente pelo efeito positivo da redução no custo dos Depósitos, reflexo da queda das taxas directoras do mercado”.

O Millennium bim explica que a estratégia para os lucros passou para apostar na “solidez finan-

BIM – Banco Internacional de Moçambique, SA - RELATÓRIO & CONTAS 2018

M

SÍNTSE DE INDICADORES

Síntese de Indicadores - Em base individual

	2018	2017	2016	2015	Milhões de Meticais	Var. %
					18/17	
Balanço						
Activo total	148.883	134.980	133.780	117.066	10,30%	
Crédito a clientes (líquido)	50.165	61.413	78.283	66.331	-18,32%	
Recursos totais de clientes	113.864	104.265	100.687	91.450	9,21%	
Capitais próprios	30.822	26.315	21.496	21.496	17,13%	
Rendibilidade						
Produto bancário	16.462	15.061	13.332	9.953	9,31%	
Custos operacionais	6.413	5.995	5.485	4.592	6,97%	
Imparidades e Provisões	2.396	1.879	1.617	1.268	27,55%	
Impostos sobre lucros	1.286	1.613	1.720	702	-20,29%	
Resultado líquido atribuível a Accionistas do Banco	6.367	5.574	4.510	3.391	14,23%	
Rácio de eficiência						
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	38,96%	39,81%	41,10%	46,10%		
Rendibilidade do activo médio (ROA)	22,36%	23,64%	22,50%	19,40%		
Qualidade do Crédito						
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	5,33%	5,05%	3,50%	4,20%		
Crédito com incumprimento / Crédito total	5,47%	5,55%	4,00%	4,30%		
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	211,90%	191,48%	205,40%	141,70%		
Custo do risco	253 p.b.	262 p.b.	188 p.b.	158 p.b.		
Solvabilidade (*)						
Tier I	40,34%	28,03%	20,20%	20,00%		
Total	39,00%	17,10%	18,80%	19,80%		
Clientes(milhares)	1.760	1.810	1.272	1.454	-2,76%	
Balcões	193	186	176	169	3,76%	
Colaboradores	2.461	2.476	2.402	2.351	-0,61%	

*Não inclui o Resultado do Exercício do ano em referência

ceira em detrimento da quota de mercado. Ainda assim, a captação de recursos teve uma evolução positiva, resultando numa taxa de crescimento de 14 por cento face ao ano anterior”.

“Relativamente à carteira de activos financeiros, essencialmente constituída por títulos emitidos pelo Estado Moçambicano e Banco de Moçambique, designadamente Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro, o banco gozou em 2018 da manutenção em carteira de títulos com maturidades longas e a taxas fixas altas, que favoreceram o bom desempenho num contexto de descida das taxas de mercado, sobretudo na primeira metade do ano”, afirma o banco recon-

nhecendo que o investimento na Dívida Interna Pública rendeu dois terços dos seus lucros.

A carteira de Títulos do Tesouro passou de 34,6 biliões em 2017 para 49,3 biliões de Meticais em 2018.

Resultado líquido foi positivo em 6,4 biliões e activos cresceram para 148,9 biliões de Meticais

O outro terço da Margem Financeira resultou de proveitos líquidos com comissões líquidas, que reduziram, assim como os serviços bancários de câmbios e intermediação, ainda assim renderam 4,1 biliões de Meticais em

ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

Resultado Líquido

O desempenho do resultado líquido registado em 2018 reflecte, essencialmente, os seguintes impactos positivos:

- A evolução favorável da margem financeira que se deveu essencialmente a redução nos custos dos depósitos justificado pela queda da taxa;
- A variação positiva do valor dos outros resultados de exploração, influenciado positivamente pela valia realizada na venda de imóveis;



2018, 13,5 por cento acima do valor apurado em igual período de 2017.

2018, nível mais alto desde a implementação de Basileia II”.

Além do Estado são accionistas do Millennium bim o banco português BCP, tem 66,69 por cento do capital, o Instituto Nacional de Segurança Social, 4,95 por cento, a Empresa Moçambicana de Seguros, 4,15 por cento, a Fundação para o Desenvolvimento da Co-

	Dez-18	Dez-17	Var. 18/17
Rendimentos de instrumentos de capital	434,9	360,1	20,8%
Comissões Líquidas			
Cartões	1.285,4	1.141,7	12,6%
Crédito e garantias	450,5	513,4	-12,3%
Operações de estrangeiro	244,4	346,9	-29,6%
Outros serviços bancários	216,3	253,7	-14,7%
Total comissões líquidas	2.196,6	2.255,7	-2,6%
Resultados de operações financeiras	670,4	781,4	-14,2%
Outros resultados de exploração líquidos	819,2	234,4	249,5%
Total outros proveitos líquidos	4.121,1	3.631,5	13,5%
Outros proveitos / Produto Bancário	25%	24%	

apurados em 2017, o que representa um crescimento de 14 por cento face aos resultados do ano anterior”.

O Relatório e Contas mostra ainda que o Millennium bim ficou mais robusto, os activos totais evoluíram para 148,9 biliões de Meticais, um acréscimo de 10 por cento comparado ao ano anterior e os “capitais próprios aumentaram 17 por cento y/y, contribuindo no fortalecimento do rácio de solvabilidade, que evoluiu para 39 por cento em

munidade, 1,08 por cento, e Trabalhadores com 6,01 por cento.

Recorde-se que o Millennium bim foi um dos 4 bancos moçambicanos que investiram nos empréstimos ilegais, mesmo sabendo que haviam sido contratadas violando a Constituição da República, segundo a Auditoria da Kroll o banco comprou 37,2 milhões de Dólares norte-americanos em dívidas da Proindicus... e empurraram os moçambicanos para a crise em 2016 da qual estão a tirar lucros!

Ex-banqueira admite culpa no caso das dívidas ilegais de Moçambique mas não implica Credit Suisse

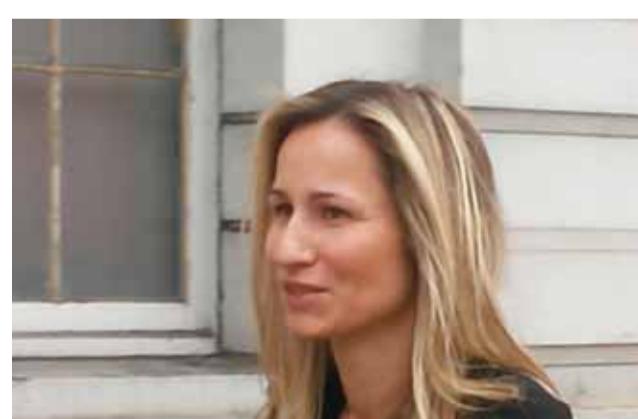
A antiga vice-presidente da unidade de financiamento global do Credit Suisse admitiu a um juiz norte-americano ter ajudado “a lavar as receitas de actividades criminais, nomeadamente subornos ilegais pagos por uma empresa chamada Privinvest” no âmbito das dívidas ilegais de Moçambique. Contudo Detelina Subeva não apontou nenhuma responsabilidade ao banco suíço o que mantém o ónus de todos os moçambicanos pagarem as dívidas da Proindicus, EMATUM e MAM.

“Concordei, juntamente com outros, em ajudar a lavar as receitas de actividades criminais, nomeadamente subornos ilegais pagos por uma empresa chamada Privinvest e pelo seu representante, Jean Boustani”, disse Subeva esta segunda-feira (20) ao juiz William Kuntz II durante uma sessão do tribunal de Brooklyn, no Estado norte-americano de Nova Iorque.

De acordo com a agência de informação financeira Bloomberg, Subeva explicou ao juiz que o seu chefe, Andrew Pearse, lhe disse que ia transferir 200 mil Dólares norte-americanos para uma conta que ela tinha recentemente aberto, e que vinham de subornos pagos por Boustani e a Privinvest a Pearse, no valor de um milhão de Dólares.

Esses pagamentos ilícitos, que Subeva diz terem sido feitos em 2013, estavam ligados a um empréstimo do Credit Suisse para a Proindicus, a primeira das três estatais que contraíram dívidas de 2,2 biliões de Dólares norte-americanos com Garantias Soberanas emitidas violando a Constituição de Moçambique.

“Eu concordei em aceitar e ficar com estes dinheiros sabendo que eram provenientes de actividades ilegais”, confessou a antiga banqueira, que viu o Ministério Públ-



co norte-americano desistir de três outras acusações de conspiração, não sendo ainda claro se também foi feito um acordo sobre a pena, que pode ir de ficar em liberdade de até 20 anos de cadeia.

A Justiça norte-americana acusa Detelina Subeva, outros dois banqueiros do Credit Suisse, Andrew Pearse e Surjan Singh, um representante do grupo Privinvest, Jean Boustani, o ex-ministro das Finanças, Manuel Chang, e o moçambicano Teófilo Nhangumele de violação da lei

anti-corrupção, lavagem de dinheiro e fraude.

O @Verdade sabe que acusação que corre no United States District Court for Eastern District of New York foi iniciada por investidores norte-americanos das dívidas da Proindicus que se julgam defraudados, e de certa forma marginalizados pelas autoridades moçambicanas que estão perto de acordar com os credores da EMATUM e MAM novas modalidades de amortização das dívidas que deixaram de ser pagas em 2017.

Aliás a responsabilização destes cinco arguidos, e mesmo dos outros detidos em Maputo por corrupção, não resolvem o problema fundamental dos moçambicanos que é não pagarem as dívidas que foram contraídas ilegalmente mas ainda o Governo de Filipe Nyusi está a negociar para a retoma do seu pagamento.

Além disso, mesmo que todos fossem condenados e devolvessem os subornos que terão recebido, mal daria para amortizar uma parcela das dívidas que o Executivo de Nyusi entende que os moçambicanos devem pagar pois “não conseguimos provar que aquelas Garantias não foram assinadas por um agente do Estado”, afirmou na Assembleia da República em Março último o ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Zitamar

4 mortos em descarrilamento de comboio de carga em Manica

Pelo menos quatro pessoas morreram e seis eram dadas como desaparecidas na sequência do descarrilamento de um comboio de carga no povoado de Belas, no distrito de Vanduzi, na Província de Manica, na manhã desta quarta-feira (22).

Texto: Redacção

As primeiras informações indicam que o acidente aconteceu cerca das 8h30 quando um dos maquinista abandonou a locomotiva, que puxava 27 vagões carregados de contentores e 3 tanques com gasóleo, na Estação de Garuzo e esta deslizou em retaguarda desgovernada acabando por descarrilar.

A empresa Caminhos de Ferro de Moçambique, proprietária da composição, que partiu da Cidade da Beira com destino a Machipanda, ainda está a apurar as causas do acidente que causou a morte de quatro pessoas e fez seis feridos.

Outras seis pessoas estavam desaparecidas, os sobreviventes, que saltaram da composição desgovernada, acreditam que possam estar debaixo dos escombros.

Devido ao acidente a circulação ferroviária foi suspensa na Linha Machipanda.

Receitas da Mozal, Sasol, Anadarko, Eni, Vale, ICVL, Kenmare, Jindal para o Estado diminuíram



As receitas para o Orçamento do Estado da Mozal, Sasol, Anadarko, Eni, Vale, ICVL, Kenmare, Jindal voltaram a reduzir no início deste ano. Positivamente a Hidroeléctrica de Cahora Bassa equilibrou as receitas globais dos Megaprojetos com um aumento de 89,4 por cento, comparativamente ao 1º trimestre de 2018.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 08 ➔

Frelimo sem “consciência” pesada pelas irregularidades detectadas pelo Tribunal Administrativo aprova Conta Geral do Estado de 2017

A bancada parlamentar do partido Frelimo aprovou nesta quarta-feira (22), “em consciência”, a Conta Geral do Estado de 2017 que revela inúmeras violações às normas de contabilidade pública, omissões, desvio de aplicação e até mesmo infracções financeiras recorrentes. Os votos contra da Renamo e do MDM foram insuficientes para travar o mau uso do dinheiro dos moçambicanos durante o 2º ano da governação de Filipe Nyusi.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Gabinete Primeiro Ministro

O Relatório do Tribunal Administrativo (TA) apurou que existem mais de 24 mil imóveis com títulos não regularizados a favor do Estado em Moçambique, tanto quanto existiam em 2014. Durante o ano de 2017 o Governo de Filipe Nyusi cometeu a proeza de registar e/ou regularizar somente 37 imóveis, “o grau mais baixo do quinquénio”.

“Subsistem transferências de doações sem a organização dos correspondentes processos administrativos, com os devidos despachos que as autorizam; Entre as acções constantes do PES e do Orçamento, verificou-se a ocorrência de algumas discrepâncias, em órgãos e instituições do Estado. Estes factos dificultaram a aferição, pelo Tribunal Administrativo, do nível do cumprimento dos planos inicialmente aprovados e do Programa Quinquenal do Governo” pode-se ler no Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2017 que foi nesta quarta-feira aprovada na generalidade pelos deputados do partido Frelimo.

A deputada do partido Frelimo disse: “(...) nós deputados da bancada parlamentar da Frelimo votamos em consciência e pela responsabilidade que temos com o povo moçambicano à favor do projecto e Resolução que aprova a Conta Geral do Estado de 2017, na generalidade, porque sentimos que a presente Conta representa um grande avanço na execução do Orçamento e na prestação de Contas”.

“Votamos à favor da presente proposta porque apesar da conjuntura e das adversidades internas consideramos que a Conta Geral do Estado para 2017 apresenta resultados satisfatórios na implementação do Plano Económico e Social de 2017 e evidencia de forma clara e exaustiva a Execução orçamental e financeira, bem como o desempenho das instituições do Estado. Votamos em consciência porque constatamos que a melhoria de cobrança de receitas o Governo garantiu de forma satisfatória a provisão de serviços básicos de fornecimento de água,



energia, saúde, telecomunicações, estradas, pontes, pagamentos de salários aos Funcionários e Agentes do Estado, melhorando as condições de vida dos moçambicanos”, disse ainda na declaração de voto da bancada da Frelimo.

Frelimo aprovou porque os seus membros são beneficiários do mau uso do dinheiro do povo

Os deputados do partido no poder disseram ter votado “à favor porque constatamos que o Governo tem

estado a cumprir com as deliberações da Assembleia da República e com as recomendações do Tribunal Administrativo, e que a Conta em debate apresenta melhorias quando comparada com as Contas anteriores. Vota-

continua Pag. 08 ➔

→ continuação Pag. 07 - Receitas da Mozal, Sasol, Anadarko, Eni, Vale, ICVL, Kenmare, Jindal para o Estado diminuiram

Os Megaprojetos de exploração de Petróleo, que na realidade exploram gás natural, reduziram a sua contribuição de 2 biliões de Meticais no 1º trimestre de 2018 para 1,7 bilião em igual período de 2019, depois de haverem gerado 1,9 bilião de Meticais no último trimestre do ano passado.

Grande parte da receita gerada pela Sasol, Anadarko e Eni no 1º trimestre foi proveniente do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC), 1,3 bilião de Meticais.

Os Megaprojetos do carvão registaram perdas menores, o 1,3 bilião do 1º trimestre do ano passado reduziu para 1,2 bilião de Meticais no início de 2019, no entanto uma contribuição um pouco melhor do que no último trimestre de 2018 que havia sido e 1 bilião de Meticais.

É notável que cerca de metade, 668 milhões de Meticais, das receitas geradas pela Vale, ICVL e Jindal para o erário seja

→ continuação Pag. 07 - Frelimo sem "consciência" pesada pelas irregularidades detectadas pelo Tribunal Administrativo aprova Conta Geral do Estado de 2017

mos à favor na generalidade porque a Conta em debate regista melhorias assinaláveis na observância dos princípios da regularidade financeira, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, na aplicação dos recursos públicos".

O voto dos deputados do partido Frelimo não poderia ser outro afinal os maiores beneficiários das casas e carros de alienação cujos pagamentos estão atrasados são membros e simpatizantes seus

Membros e simpatizantes do partido no poder tiveram também primazia do usufruto dos mais de 6 biliões de Meticais que foram

Tabela 6 - Contribuição dos Megaprojetos (Em Milhões de Meticais)					
Megaprojetos	Jan-Mar 2018	Jan-Mar 2019	Peso	Variação	
Produção de Energia	536.6	1,016.3	24.0%	89.4%	
Exploração de Petróleo	2,050.8	1,745.3	41.2%	-14.9%	
Exploração de Recursos Minerais	1,254.5	1,218.2	28.8%	-2.9%	
Outros	268.1	256.1	6.0%	-4.5%	
Total	4,110.1	4,235.8	100.0%	3.1%	
Receita Total	46,208.3	49,181.6		6.4%	
Contribuição dos Megaprojetos em % da Receita Total	8.9%	8.6%			

Fonte: REOE Jan-Mar 2018 e Autoridade Tributária de Moçambique

de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS), portanto paga pelos seus trabalhadores, enquanto as multi-

A Mozal também gerou menos receitas no início deste ano, apenas 256 milhões de Meticais comparativamente as 268 mi-

trimestre do ano passado quando gerou 352 milhões de Meticais.

IRPC	IRPS	IVA	Imposto s/ Produção	Receita Consig.	Receita Capital	Total
Produção de Energia	46.781	138.973	109.122	0	450.844	270.527
Exploração de Petróleo	1.290.411	150.459	90.214	121.303	0	1.745.281
Exploração de Recursos Minerais	83.256	668.237	0	425.022	0	1.218.204
Outros Megaprojetos	165.224	90.840	0	0	0	256.063
1.585.671	1.048.509	199.335	546.324	450.844	270.527	4.235.798

nacionais pagaram apenas 83,3 milhões de Meticais de IRPC.

lhões do 1º trimestre de 2018 e ainda menos do que no último

Com isenção do Imposto Sobre o Valor Acrescentado e sem pagar

distribuídos, entre 2012 e 2017, como Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) e quase não os reembolsam.

didos, a solicitação dos reembolsos é feita por via de sensibilização oral, e o Executivo não apresentou evidências de terem sido levantados mecanismos legais contra os mutuários em falta.

Oposição vota contra aprovação da Conta Geral do Estado de 2017

A bancada parlamentar do partido Renamo declarou ter chumbado "a Conta Geral do Estado porque o Governo ainda não é capaz de cobrar o valor das viaturas e imóveis alienados aos seus beneficiários, nisso está subjacente a intenção de ficar com viaturas e imóveis do Estado de forma fraudulenta.

"Reprovamos a Conta Geral do Estado porque passados mais de 10 anos de exploração dos nossos recursos, como o carvão de Moatize, o Governo continua a aceitar de maneira cega as declarações das multinacionais para determinar o valor a tributar", afirmou o deputado António Timba.

A bancada parlamentar do MDM disse ter votado "contra porque não se percebe que diante das constatações e recomendações feitas pelo Tribunal Administrativo o Governo continue a assobiar para o lado deixando impunes os seus amigos, familiares e comparsas que sem dúvida nenhuma piedade delapidam o erário público todos os dias do mês votando a miséria milhões de moçambicanos".

De acordo com o TA os beneficiários dos FDD não fazem reembolsos pois o Governo fez estudo deficientes de viabilidade económica, social e ambiental dos projectos submetidos para aprovação. O Executivo atribuiu o fundo sem que os beneficiários fornecessem todos documentos que fazem parte dos requisitos para o financiamento, contratos assinados sem a indicação da data de assinatura, relevante para a contagem do tempo de reembolso. O Governo não definiu definidas as taxas de juros aplicadas nos empréstimos conce-

notícia. · 12 h

 Christopher Felex Moz virou uma nacão que o serio virou comedia e ate ultrapassamos os Mexicanos na producao de novelas da vida real, o curioso é que isto é fruto de acordos, os tais que os negociaram sabem que estao "...rando" o povo sem ao menos usar saliva, alem das sequelas psicologicas vao deixar nos com marcas dessas violacoes! · 2 h

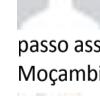
Christopher Felex Moz virou uma nacão que o serio virou comedia e ate ultrapassamos os Mexicanos na producao de novelas da vida real, o curioso é que isto é fruto de acordos, os tais que os negociaram sabem que estao "...rando" o povo sem ao menos usar saliva, alem das sequelas psicologicas vao deixar nos com marcas dessas violacoes! · 2 h

 **Mr-zama Manhique** KKKKK chef é chef · 7 h

Mr-zama Manhique KKKKK chef é chef · 7 h

 **Narciso Moises** Não tem nada com partido. Tudo o que não é legal Deus respondeu · 7 h

Narciso Moises Não tem nada com partido. Tudo o que não é legal Deus respondeu · 7 h

 **Bizmungo Arape Tuto** Devemos aguentar com aquilo que EUA vai dar como passo assegurar. EUA vai invadir Moçambique e com razão. · 11 h

Bizmungo Arape Tuto Devemos aguentar com aquilo que EUA vai dar como passo assegurar. EUA vai invadir Moçambique e com razão. · 11 h

 **Julio Machava** Todo petroleo de cabo delgado é dele... nao tem como se chatear. · 10 h

Julio Machava Todo petroleo de cabo delgado é dele... nao tem como se chatear. · 10 h

 **Kino Florentino Silva** Todo o gás de Temane é da Africa do

Kino Florentino Silva Todo o gás de Temane é da Africa do

sul. · 10 h

 **Jerry Muchanga Nojo** · 9 h

Jerry Muchanga Nojo · 9 h

 **Maria Calhosa** Nos africanos unidos por uma mesmo causa · 8 h

Maria Calhosa Nos africanos unidos por uma mesmo causa · 8 h

 **Francisco Carlos** África de Sul tudo que tem a ver com estrangeiros Nao da muito braço a torcer. Eu só quero ver se a Rússia Brasil e China vão impedir os americanos de investirem o nosso país. amA guerra acaba de ser declarada · 6 h

Francisco Carlos África de Sul tudo que tem a ver com estrangeiros Nao da muito braço a torcer. Eu só quero ver se a Rússia Brasil e China vão impedir os americanos de investirem o nosso país. amA guerra acaba de ser declarada · 6 h

 **Xaví Salomão Da Silva** Seja bem vindo Sr chefe do estado Chang você venceu você foi heroi · 11 h

Xaví Salomão Da Silva Seja bem vindo Sr chefe do estado Chang você venceu você foi heroi · 11 h

 **Pedro Soares** O povo moçambicano está amaldiçoados pelas escolhas que tem vindo a fazer desde que teve direito a voto. Sentar e assistir a novela que tem um fim tão previsível, como o nascer do sol. · 9 h

Pedro Soares O povo moçambicano está amaldiçoados pelas escolhas que tem vindo a fazer desde que teve direito a voto. Sentar e assistir a novela que tem um fim tão previsível, como o nascer do sol. · 9 h

 **Antonio Camejo** Que julgado o quê!!!!!! Isto tudo não passou de uma

Antonio Camejo Que julgado o quê!!!!!! Isto tudo não passou de uma

imposto sobre a Produção a fundição de alumínio, o primeiro Megaprojeto a instalar-se em Moçambique, pagou somente 165 milhões de IRPC. Um valor que não chegaria nem pagar cobrir as despesas básicas do Hospital Geral José Macamo que no 1º trimestre de 2019 precisou de 192 milhões de Meticais para o seu funcionamento.

Equilibrou positivamente as receitas dos Megaprojetos a Hidroeléctrica de Cahora Bassa que duplicou as receitas que haviam sido de 536 milhões nos 3 primeiros meses de 2018 e gerou pouco mais de 1 bilião em 2019, um aumento também em relação ao último trimestre do ano passado quando contribuiu com 663 milhões de Meticais.

No total os Megaprojetos geraram 4,2 biliões de Meticais durante o 1º trimestre do corrente ano, comparativamente a 4,1 biliões de igual período de 2018 e aos 4 biliões do último trimestre de 2018.

"Votamos contra porque nós, o MDM, melhor decisão não tomaríamos além desta e proceder desta forma é salvaguardar os mais altos interesses do povo moçambicano", afirmou o deputado Armando Artur.

A Receita colectada no exercício de 2017 foi de 213,2 biliões de Meticais, o equivalente a 26,4 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). A Despesa ascendeu 247,3 biliões de Meticais, equivalente a 30,6 por cento do PIB. A cobertura da Despesa, pelas Receitas do Estado, foi de 86,2 por cento, tendo cabido aos Donativos Internos e Externos a participação de 6,6 por cento e aos Empréstimos Externos Líquidos, 14,3 por cento. As Despesas de Funcionamento foram de 148,7 biliões de Meticais.

Cidadania

palhaçada para o inglês ver!!!!!! Aqui só se julga e condena o pilha galinhas nada mais!!!! · 4 h

 **Kino Florentino Silva** A pergunta é: porquê é que A. do sul aceitou o acordo com os EUA? Nao sabia de toda essa justificação? Deve estar a brincar. · 10 h

 **Maximo Bonifacio Bonifacio** Mas decisão do juiz Shytz, não "meteu água" não? · 11 h

 **Moises Moises Machado** Monte de cocô · 11 h

 **Samito Cossa** Seus ladrões de merda, nunca mais votar nesses macacos, frelimo não conta mais com meu voto · 8 h

 **David Parente** Uma jogada para poder encobrir os outros criminosos. Os corruptos aliaram-se. · 10 h

 **Lavoneba Lavoneba** Lideres africanos precisam ser recolonizados, estava certo Donald Trump ao proferir essas palavras · 10 h

19 óbitos em mais uma semana sangrenta nas estradas de Moçambique

Pelo menos 19 pessoas morreram e 51 ficaram feridas em 22 acidentes de viação registados na 3ª semana de Maio em Moçambique.

Texto: Redacção

Dentre os acidentes registados pela Polícia de Trânsito, na semana de 11 a 17 de Maio, oito foram atropelamentos e cinco despistes seguidos de capotamento.

A velocidade excessiva, a má travessia de peões e a condução sob efeito de álcool são indi-cadas como as causas dos aci-dentes que deixaram 22 feridos graves e parecem não diminuir apesar da maior fiscalização.

A Polícia de Trânsito apreendeu 127 das 42.448 viaturas que fis-calizou nas semana em análise, aplicou 4.645 multas, apreendeu 407 cartas de condução e 118 li-vretes e deteve 18 condutores, seis deles por condução ilegal e os restantes por corrupção activa.

Comissão Parlamentar considera existirem "pistas bastante para se seguir o caso" Américo Sebastião

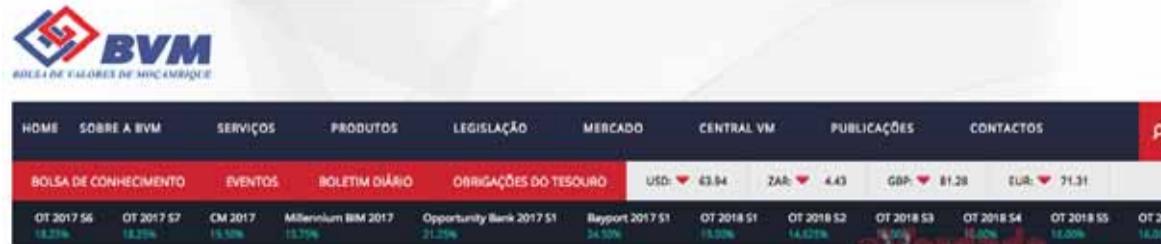
Após ouvir os factos relatados pela esposa do empresário português que está desaparecido em Moçambique desde Julho de 2016 a Comissão de Petições, Queixas e Reclamações da Assembleia da República (AR) considera existirem "pistas bastante para se seguir o caso" e deverá convocar os ministros da Defesa, do Interior, dos Negócios Estrangeiros e também a Procuradora-Geral da República.

As incansáveis iniciativas que Maria de Salomé da Luz Pereira Sebastião tem efectuado em Moçambique sem sucesso para encontrar o seu marido, Américo Sebastião, podem ter encontrado algum alento na Comissão de Pe-tições, Queixas e Reclamações do Parlamento onde foi ouvida no passado dia 22 de Abril.

"A petionária disse que havia falta de vontade por parte das au-toridades moçambicanas em re-solver o caso, na medida em que há muitas diligências imediatas que deveriam ter sido feitas e não foram, pois um dos telemóveis do seu esposo encontra-se activo e a ser usado por um desconheci-do e ninguém faz nada para apu-rar os factos sobre o que se está a passar", revelou o deputado Francisco Campira na apresenta-ção do Relatório da 8ª Comissão à Plenária da IX do Parlamento nesta quarta-feira (22).

De acordo com Campira a espo-sa do empresário tomou conhe-cimento de que o telemóvel de

Dívida Pública Interna de Moçambique sem compradores deixa Governo sem opções para financiar défice de 65 biliões de Meticais



Resultados Reabertura - OT - 2019 - S7 R2

Actualizado em 22 maio 2019
Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 96 do Código do Mercado de Valores Mobiliários, Aprovado pelo Decreto Lei nº 4/2009 de 24 de Julho, faz-se público que se realizou no dia 21 de Maio de 2019, às 15:00h, nas instalações da Bolsa de Valores de Moçambique, uma Sessão Especial de Bolsa destinada ao apuramento dos resultados da Emissão de Obrigações do Tesouro 2019-2ª Série R2.

Não houve procura pela OT-2019-S7-R2.

Não houve procura pela OT-2019-S7-R2.

Os investidores voltaram a mostrar pouco interesse nos Títulos de Dívida Pública do Estado, um novo leilão de Obrigações do Tesouro da 7ª Série onde o Governo pretendia obter 700 milhões de Meticais ficou sem "procura" nesta terça-feira (21) criando mais dificuldades ao Executivo de Filipe Nyusi que tem a esperança de financiar pelo menos 65 biliões de Meticais do défice orçamental com endividamento interno. Ao @Verdade, o Administrador Financeiro do Banco Comercial e de Investimentos, explicou que os bancos, que são os principais investidores, "tem um limite máximo de exposição à Dívida Pública".

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 10 →



Américo Sebastião estava activo "quando um dos seus filhos adicionou o número a um grupo de whatsapp e de imediato quando o tal indivíduo apercebeu-se de que o número havia sido aderido ao grupo de whatsapp retirou-se".

Relativamente ao cartão bancá-rio de Américo Sebastião que foi usado durante 30 dias após o seu desaparecimento em várias ATM's da Cidade da Beira que

possuem câmaras de videovigi-lância mas que o Serviço Nacional de Investigação Criminal alegou que as imagens não eram nítidas. Maria de Salomé da Luz Pereira Sebastião informou aos deputados que a polícia portuguesa "conseguiu decifrar e vislumbrar as caras das pessoas que usaram o cartão de débito do seu esposo para levantarem o valor de 300 mil Meticais que estavam na sua conta bancária".

Maria de Salomé desabafou com aos deputados da 8ª Comissão que "têm sofrido ameaças de morte e extorsão por parte de indivíduos que dizem conhecer o cativeiro onde se encontra o se-nhor Sebastião e exigem somas monetárias avultadas em troca de informação".

Com estes factos a Comissão de Petições, Queixas e Reclamações da AR "constatou que há pistas bastante para se seguir o caso" e, para obter mais esclare-cimentos vai convocar para audi-ção os ministros da Defesa, do Interior, dos Negócios Estrangeiros e também a Procuradora-Geral da República.

Américo António Melro Sebas-tião, na altura com 49 anos de idade, foi raptado a 29 de Julho de 2016 numa gasolina, na localidade de Nhamapadza, no Distrito de Marínguè, Província de Sofala, por indivíduos alega-damente desconhecidos que tra-javam farda das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique.



A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 09 - Dívida Pública Interna de Moçambique sem compradores deixa Governo sem opções para financiar défice de 65 biliões de Meticais

Após não ter conseguido colocar no mercado, no passado dia 23 de Abril, as Obrigações do Tesouro da 6ª, 7ª e 8ª séries, no montante global de 3 biliões de Meticais, o Governo voltou esta semana à Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) para tentar vender novamente os mesmo títulos de Dívida Pública Interna e poder financiar mais um mês do seu deficitário Orçamento do Estado (OE).

Com a "reabertura das Obrigações do Tesouro 2019 - 6ª Série" o Executivo pretendia obter 850 milhões de Meticais, oferecendo juros de 14 por cento. Consegiu emitir 850 milhões após oferecer juros mais altos, entre 15,50 e 16,50 por cento.

Também oferecendo mais juros, 15 e 15,50 por cento em vez dos 10 por cento iniciais, o Governo conseguiu obter os 500 milhões de meticais que pretendia com a "reabertura das Obrigações do Tesouro 2019 - 8ª Série".

Contudo, ainda no mesmo dia, colocou novamente em leilão as Obrigações do Tesouro 2019 - 7ª Série, para obter 700 milhões de Meticais, pagando juros de 14 por cento, no entanto a BVM indicou que "Não houve procura pela OT-2019-S7-R2".



Esta falta de procura parece contrastar com a liquidez de Meticais existente no sistema financeiro, "a liquidez excessiva que o mercado hoje tem diariamente varia entre 30 a 35 mil milhões de Meticais" revelou recentemente Felisberto Navalha, Administrador do Banco de Moçambique, e vai na contramão dos rendimentos bilionários que os Títulos do Tesouro têm rendido aos bancos comerciais.

"Os bancos tem um limite máximo de exposição à Dívida Pública, até 2008 não haviam restrições mas depois houve o hair cut da dívida pública da Grécia... A minha primeira obrigação é proteger o depósito do meu cliente",

BVM
BOLSA DE VALORES DE MOÇAMBIQUE

HOME SOBRE A BVM SERVIÇOS PRODUTOS LEGISLAÇÃO MERCADO CENTRAL VM PUBLICAÇÕES CONTACTOS

BOLSA DE CONHECIMENTO EVENTOS BOLETIM DIÁRIO OBRIGAÇÕES DO TESOURO USD: 63.94 ZAR: 4.43 GBP: 81.28 EUR: 71.31

OT 2018 51 OT 2018 52 OT 2018 53 OT 2018 54 OT 2018 55 OT 2018 56 OT 2018 57 OT 2018 58 OT 2018 59

Resultados - Reabertura OT - 2019 - S6

Actualizado em 23 maio 2019
Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 96 do Código do Mercado de Valores Mobiliários. Aprovado pelo Decreto Lei nº 4/2009 de 24 de Julho, faz-se público que se realizou no dia 21 de Maio de 2019, às 15:00H, nas instalações da Bolsa de Valores de Moçambique, uma Sessão Especial de Bolsa destinada ao apuramento dos resultados da Reabertura das Obrigações do Tesouro 2019-6ª Série.

De acordo com as propostas apresentadas pelos Operadores Especializados em Obrigações do Tesouro, a procura global da Emissão foi de 850.000.000,00 de MZN, as respectivas taxas de juro situaram-se entre 15,50% e 16,50%. O Estado na sua qualidade de Emissor, de acordo com a taxa de corte do Estado, o valor da reabertura foi de 850,00 milhões de MZN.

BVM
BOLSA DE VALORES DE MOÇAMBIQUE

HOME SOBRE A BVM SERVIÇOS PRODUTOS LEGISLAÇÃO MERCADO CENTRAL VM PUBLICAÇÕES CONTACTOS

BOLSA DE CONHECIMENTO EVENTOS BOLETIM DIÁRIO OBRIGAÇÕES DO TESOURO USD: 63.94 ZAR: 4.43 GBP: 81.28 EUR: 71.31

OT 2017 56 OT 2017 57 CM 2017 Millennium BIM 2017 Opportunity Blank 2017 51 Bayport 2017 51 OT 2018 51 OT 2018 52 OT 2018 53 OT 2018 54 OT 2018 55 OT 2018 56 OT 2018 57

Resultados Reabertura - OT - 2019 - S7 R2

Actualizado em 22 maio 2019
Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 96 do Código do Mercado de Valores Mobiliários. Aprovado pelo Decreto Lei nº 4/2009 de 24 de Julho, faz-se público que se realizou no dia 21 de Maio de 2019, às 15:00H, nas instalações da Bolsa de Valores de Moçambique, uma Sessão Especial de Bolsa destinada ao apuramento dos resultados da Emissão de Obrigações do Tesouro 2019-7ª Série R2.

Não houve procura pela OT-2019-S7-R2.

BVM
BOLSA DE VALORES DE MOÇAMBIQUE

HOME SOBRE A BVM SERVIÇOS PRODUTOS LEGISLAÇÃO MERCADO CENTRAL VM PUBLICAÇÕES CONTACTOS

BOLSA DE CONHECIMENTO EVENTOS BOLETIM DIÁRIO OBRIGAÇÕES DO TESOURO USD: 63.94 ZAR: 4.43 GBP: 81.28 EUR: 71.31

OT 2018 56 OT 2018 57 CM 2018 Millennium BIM 2018 Opportunity Blank 2018 51 Bayport 2018 51 OT 2018 52 OT 2018 53 OT 2018 54 OT 2018 55 OT 2018 56 OT 2018 57

Resultados Reabertura - OT - 2019 - S8 R2

Actualizado em 22 maio 2019
Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 96 do Código do Mercado de Valores Mobiliários. Aprovado pelo Decreto Lei nº 4/2009 de 24 de Julho, faz-se público que se realizou no dia 21 de Maio de 2019, às 15:00H, nas instalações da Bolsa de Valores de Moçambique, uma Sessão Especial de Bolsa destinada ao apuramento dos resultados da Emissão de Obrigações do Tesouro 2019-8ª Série R2.

De acordo com as propostas apresentadas pelos Operadores Especializados em Obrigações do Tesouro, a procura global da Emissão foi de 400.000.000,00 de MZN, as respectivas taxas de juro situaram-se entre 15,00% e 15,50%. De acordo com a taxa de corte do Estado, o valor da emissão foi de 500,00 milhões de MZN.

te", explicou Manuel Jorge Mendes Soares, Administrador Financeiro do Banco Comercial e de Investimentos.

Governo espera financiar 65,4 biliões do seu défice orçamental com Dívida Pública Interna

Entrevistado pelo @Verdade à margem do 2º Economic Briefing da Confederação das Associações Económicas, Soares declarou que "Não é uma questão dos lucros daí ou não, eu tenho que ter uma política de investimento daqueles depósitos (dos clientes) que seja sustentável, precisamos de ser prudentes".

A emissão de Obrigações e de Bilhetes do Tesouro tem sido a principal forma do Governo de Filipe Nyusi financiar o Orçamento do Estado de 2019 que tem o défice de 93 biliões de Meticais.

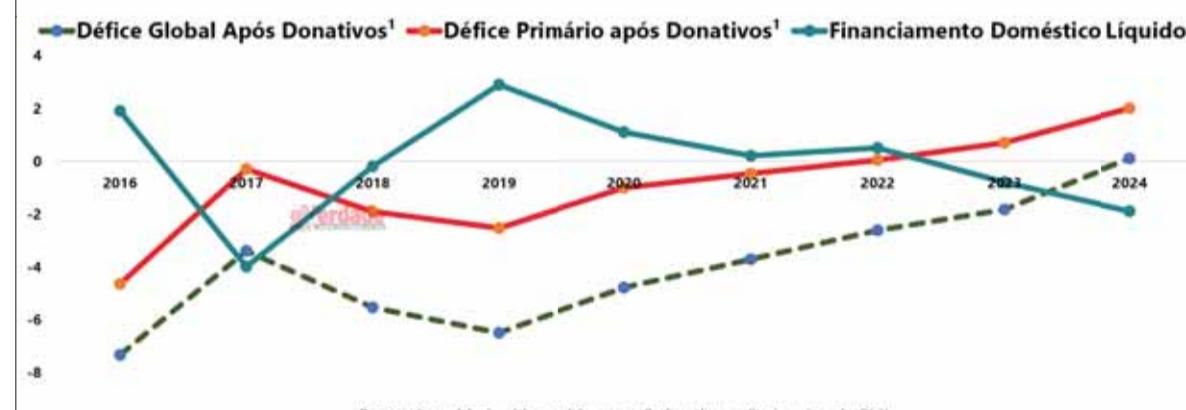
O @Verdade apurou que expectativa do Executivo é obter 65,4 biliões desse dinheiro em falta principalmente com recurso a empréstimos

ao banco central, aos bancos comerciais, instituições financeiras e através da emissão de Títulos de Dívida Pública do Tesouro e os restantes 27,7 biliões de Meticais poderão ser obtidos em donativos dos Parceiros de Cooperação.

Governo poderá parar endividamento público interno em 2022 mas os juros serão o problema

O Fundo Monetário Internacional (FMI) indicou nesta segunda-feira (20) que o endividamento público interno

Défice Orçamental e Financiamento Doméstico Líquido (em percentagem do PIB)



Entre Janeiro e Março o Governo colocou no mercado 5,4 biliões de Meticais em títulos da Dívida Pública o que permitiu financiar quase um terço do défice do OE nesse período.

vai continuar a crescer em 2019 porém deverá reduzir nos próximos anos.

Ari Aisen, apresentando as Perspectivas Económicas para África Subsaariana e Moçam-

bique, projectou que em 2022 o Défice global do Orçamento do Estado após donativos poderá ser eliminado "(...) se os défices fiscais vão ser menores o Governo vai precisar emitir menos Dívida Pública".



De acordo com o representante do FMI em Moçambique, "o Governo poderá ter receitas suficientes para cobrir todas as suas despesas, excluindo as despesas de juros. Obviamente que o défice global ainda vai ser maior, mas a trajectória é a mesma, mesmo incluindo as despesas de juros dentro das Contas Públicas".

"Isso é importante porque o financiamento doméstico líquido, que tendeu a subir muito, vai entrar, eventualmente, em 2019 encontrar numa trajectória declinante e transformando-se em superavit, em vez do Governo precisar do financiamento doméstico líquido emitindo Títulos, vai resgatá-los", perspectivou Aisen.

Entretanto as despesas de juros, que já são preocupantes pois no Orçamento deste ano o serviço da Dívida Pública disparou para 35 biliões de Meticais, onde 24 biliões são para amortizar os juros internos, poderão tornar-se num problema maior de acordo com o próprio Governo que declarou que: "A taxa nomi-

nal média de juro aumentaria de 18 a 20 por cento com novas emissões a taxas mais elevadas", no Relatório de Riscos Fiscais 2019 tornado público esta semana pelo Ministério da Economia e Finanças.

ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais
pelo e-mail averdademz@gmail.com

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.



Jornal @Verdade

O Presidente da República, Filipe Nyusi, perdeu mais uma oportunidade de esclarecer aos moçambicanos se foi incompetente - não vendo os empréstimos da Proindicus, EMATUM e MAM a serem contraídos dentro do Ministério que dirigiu entre 2008 e 2014 -, ou se foi conivente - participando na criação do Sistema Integrado de Monitoria e de Proteção da Zona Económica e Exclusiva de Moçambique que culminou nas dívidas ilegais que precipitaram a crise em que o país está mergulhado desde 2016.

<http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/68539>



Pio Cassicasse Era o alinhamento da ocasião... · 1 dia(s)

Tonito Tonito Fernando Fernando Esse senhor deve ser bem investigado! · 2 dia(s)

Jose Carvalho Não precisa de esclarecer nada. Toda a gente sabe que foi conivente e que continua a ser uma marioneta nas mãos de Guebuza · 2 dia(s)

Mathause Sithoye Não sou advogado do Nyusi e nem pretendo se-lo. Na minha opinião, não foi, nem uma, nem outra coisa. Meus caros, neste país, ninguém ousa contrariar as ordens do chefe.

Acham que Nyusi, na qualidade de Ministro da Defesa, podia ter tido voz para contrariar as ordens? Porque é que falam ignorando a realidade do país? Se só ter opinião diferente já é problema, quanto mais contrariar um "plano de Estado", fazendo parte do executivo, sabem o que pode custar? · 2 dia(s)

Felix Tembe Homens dignos não vendem a sua honra por nenhum preço! Se consentiu as dívidas no seu Ministério, claramente foi conivente. · 2 dia(s)

Flávio Augusto Mangue Jr. ELE TEVE BONUS ... ELE GOSTA DE BONUS ... · 2 dia(s)

Nino Carvalho ...entao eh conivente! · 2 dia(s)



Jornal @Verdade

O ministro dos Transportes e Comunicações anunciou na Assembleia da República que os "my loves" vão continuar a transportar os moçambicanos porém terão de ter cadeiras e cobertura. Em campanha eleitoral Carlos Mesquita anunciou, para breve, automotora para os corredores Maputo - Goba, Maputo - Ressano Garcia, Maputo - Chicualacuala, Beira - Moatize e Beira - Marromeu.



<http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/68551>

Antonio Camejo só neste país mesmo!!! Querem transformar uma ilegalidade numa legalidade!! Não esqueçam de colocar cintos de segurança e Air bags · 9 h

Francisco Guita Jr Mais uma do Ministro "Inovador". Depois dos autocarros-sala-de-aulas (parece que a moda não pegou), surge agora com os MaiLóvs com cadeiras... · 9 h

Sonya Miral Francisco Guita Jr mais isso ñ é novidade, a tempos atrás já se usou myloves cm acentos...!!! · 9 h

Francisco Guita Jr Sonya Miral, sim. Mas voltar a autorizar isso, a meu ver, é um passo para trás! Mas é uma medida nova "assinada" por ele. · 9 h

Caetano Moraes Francisco Guita Jr no passado ja houve "myloves" com cadeiras, cobertura e música e escadote para subir. Tudo bem preparado. E olha que nessa altura nem havia fiscalização mas sim respeito aos passageiros. Infelizmente os tempos mudaram. É corrida pelo lucro fácil e enriquecimento rápido. É o capitalismo selvagem em alta! · 9 h

Francisco Guita Jr Caetano Moraes, já disse no post anterior que sei que já houve. O MaiLóv pode ter cadeiras, escadas para subir, etc e tal. Mas quando se trata de (qualquer!) transporte de pessoas há que ter em conta e em primeiro lugar a segurança dos passageiros. Para transportar pessoas - estamos no século XXI! - não precisamos de inventar nada.

Existem os autocarros/machimbombos. Cuba, p. ex., teve que adaptar camiões em autocarros. Mas num contexto de bloqueio político internacional. Ora, não é o nosso caso! · 8 h

Mário Macie Caetano Moraes sim mas normalmente o país tem que desejar não podemos ir a frente e voltarmos para trás o imposto que pagamos dá para adquirir transportes para o povo que paga impostos de outro lado dá para construir escolas na esperar machimbombo avariar para ser salas de aulas enquanto um governador abandona sua residência por causa de ratos ir gastar o dinheiro que ia construir salas de aulas meu irmão Caetano por favor acorda preparar o bom estar dos seus filhos netos não anda tapado pq você do seu lado tas bem · 8 h

Caetano Moraes Francisco Guita Jr estou apenas a reforçar a posição da Sonya Miral que myloves com cadeira não seriam nenhuma novidade! Espero ter me compreendido. O ideal sim é um meio de transporte mais comodo e barato. · 8 h

Mário Macie Caetano Moraes ya mas enquanto mais um ano, significa mais população e mais dinheiro de impostos pq voltamos atrás não pra top? · 8 h

Martinho Yusuf Carvalho Assim com essas condições já podem até transportar os ministros e famílias sem problema nenhum. Gosta de saber quem foi o camelo que inventou os autocarros, servem para quê? · 8 h



Vitorino Laura Mutimucuo Mathause Sithoye Então, por que o senhor presidente vive mentindo, iludindo o povo acerca do assunto? E outra, ele está no poder agora, que faz para responsabilizar as pessoas que levaram o nosso país a esta situação? A mim, parece mais é que ele foi conveniente. · 2 dia(s)



Vitorino Laura Mutimucuo *conivente · 2 dia(s)



Jacinto Siqueira Isso pra dizer que e' um homem sem postura. Que se vende pelo estomago!! Nao e' desse tipo de líderes que precisamos. · 2 dia(s)



Mathause Sithoye Uma vez mais, vou reafirmar que Nyusi, na qualidade de subordinado, não tinha como contradizer as ordens do chefe. Não sendo capaz de contradizer, também não tinha como rejeitar o bonus a si destinado. Por último, estando nesta situação de fazer parte do esquema, ainda que seja por imperativos de subordinação, é extremamente difícil para ele abordar este tema, porque de uma ou de outra forma, ele está dentro. Neste país, até um simples director, se tu te opões às suas decisões, vai-te montar uma cilada. O gangsterismo que tomou conta deste país, do topo à base, é de nível assustadoramente grave, tal que, só por você rejeitar comissões resultantes de boladas feitas pelo chefe, você corre



Mate Quando fumam, falam coisas sem juizo! · 10 h



Florentino Silva Kkkkkkk esse governo tá cheio de comediante juro. · 9 h



Marco Daud D'Almeida Ribeiro É uma no cravo outra na ferradura... Esse senhor tem que começar a ver que tipo de açúcar é que anda a pôr no chá. · 8 h



Denny Alberto Chongo Se até mesmo esses smart kikas arrancam acentos só para caberem mais pessoas em pé, acham que a ideia de pôr acentos no my love seja viável?? · 11 h



Sonya Miral Denny Alberto Chongo é pra a nossa segurança... · 9 h



Denny Alberto Chongo Sonya Miral sim.. A opção de se pôr cobertura sim,, isso sim, vai ajudar muito no quesito segurança e apoio.. Mas obrigar a que se coloce acentos.. Ái é mais complicado.. · 9 h



Sonya Miral Também é para nossa segurança, pra evitar viajar em pé e sem equilíbrio....!!! · 9 h



Denny Alberto Chongo Sonya Miral sendo assim deviam obrigar aos Smart kikas e TPM a só levarem passageiros sentados.. Pelo que me lembro quando se introduziu os smarts, o plano era só levar passageiros sentados.. Mas o que vemos hoje??? · 9 h



Sonya Miral Denny Alberto Chongo embora não seja algo saudável é mais viajar dentro do autocarros lotados em pé do que nos myloves, pk n oferecem nenhum meio para se segurares durante a viagem... (mais n significa k é isso seja melhor caminho para sanar o problema de transporte público) · 9 h



Denny Alberto Chongo Sonya Miral acredito que com a cobertura irá se por barras para que as pessoas se apoiem... Viajar sentado seria ideal, mas com as condições que temos, que mesmo estando todos em pé ainda nos faltam carros, vamos continuar em pé mesmo, desde que se ofereça segurança!! · 8 h



Martinho Yusuf Carvalho

muito perigo. Você é visto como sendo "espião" ...ou você entra na quadrilha e cumpre as regras, ou...se cair fora, com vida, tem muita sorte. · 2 dia(s)

Mathause Sithoye Nota: Não estou a dizer que não fez parte da bolada, o meu ponto de destaque é que ele pode ter tomado parte, mesmo sem concordar · 2 dia(s)

Raul Almeida Mathause Sithoye é cúmplice · 1 dia(s)

Vitorino Laura Mutimucuo Raul Almeida em outra palavra, conivente · 1 dia(s)

Kino Florentino Silva Esse PR vai ser acusado em vários crimes entre os quais: EMATUM INSS O dinheiro doado por Noruega que 2º as notícias comprou uma aeronave executivo... · 2 dia(s)

David Parente Seja conivente ou incompetente, só tem um caminho; a demissão. · 2 dia(s)

Ilídio Pina Tentou passar a imagem de politicamente correcto, ao dar entrevista ao Jornal mais isento da praça, mas tornou a situação mais ridícula, contornou perguntas de verdade, e tentou falar da paz e sem sucesso, pois não era daí o que esperávamos... · 2 dia(s)

Waid Matola Foi incipiente e conivente · 2 dia(s)

Rjl Lundo De volta aos anos 80, aqueles carros com tenda que iam ao xipamanine · 9 h

Mário Macie Rjl Lundo é assim que o presidente disse que Moçambique tá de volta tamos mal enquanto eles fogem ratos irem gastar muito dinheiro ou compra Mercedes se dividir entre eles esquecer do povo que paga impostos e deposita votos para eles por isso nas próximas eleições não contém com o voto já mobilizei a minha família para não votarmos · 8 h

Orlando António Machava No tempo em que haviam my love, era antes de descobrir os recursos que temos agora, já estamos a extraír os recursos naturais para onde vai o dinheiro. O que o povo ganha e notícias que sai nos TV que já começaram a extraír coisa XX, mas não temos benefícios com os tais. · 5 h

Flávio Augusto Mangue Jr. SEJAM BEM VINDOS A CAMPANHA ELEITORAL · 10 h

Ernesto Janota esse senhor só pode estar djizz · 9 h

Mário Macie Moçambique não merece caixa aberta principalmente na capital onde muitos estrangeiros se encoba · 8 h

Mário Macie Aquele dinheiro que compraram Mercedes e dividir entre eles dá para adquirir transportes para o povo moçambicano · 8 h

Joaquim Mario so querem provocar mais acidentes no país. · 10 h

Alves da Silva Sr. Ministro os autocarros alocados recentemente não satisfazem a carencia que se verifica em Maputo? · 10 h

Ruben Maria Raul Banze

Senhor ministro compram autocarros melhorem nossas vias de acesso · 10 h

Pergunta à Tina...

Olá Tina, tenho 22 anos e sou virgem, tenho namorada e quero manter relações sexuais, mas tenho medo de desiludir a ela por eu ser inexperiente. O que faço? Dá-me dicas Tina, por favor.

Olá querido, a primeira coisa a fazer é encarar o sexo de uma maneira mais amorosa. És inexperiente? E a tua namorada? Ela é experiente? Amigo, sexo não é uma competição nem uma corrida para encontrar vencedores. Sexo é um encontro de duas pessoas calmas, relaxadas, desejosas de disfrutar e proporcionar prazer mútuo, sem preocupações que lhes desviam o foco, dificultando a concentração. Se fizes sexo com a preocupação de que a tua inexperiência possa desiludir a tua namorada, então esse é o primeiro passo para que as coisas não corram bem. Ninguém nasce ensinado e talvez possas aprender algo com a tua namorada se te libertares e não pensares em mais nada senão em oferecer e receber carícias e mimos que serão tanto mais amorosos quanto mais liberta e relaxada estiver a vossa mente.

É obrigatório que converses com a tua namorada e lhe reveles a tua preocupação. Quem sabe se ela não terá também os seus receios? Sexo sem diálogo será outra receita para o fracasso.

E esse diálogo terá que incluir a decisão mútua de uso de preservativo (masculino ou feminino) para não manchar o sexo logo à partida, com gravidezes indesejáveis ou HIV.

Pensa nisto, relaxa, interroga-te sobre o que é que esperas do sexo e sem pressas, juntamente com a tua namorada, vocês decidirão quanto estão prontos para ter sexo. Se não for este mês, será para o próximo. Ou talvez só no próximo ano, só vocês é que poderão saber quando. A pressa é outro inimigo do sexo bom.

Deste modo, e contando com a tolerante sensibilidade feminina, poderás gozar de boa saúde sexual e reprodutiva, incluindo a sua componente prazerosa.

Olá, Tina tudo bem? Eu sou uma adolescente de 16 anos, mijo muito, o que será?

Olá querida, tudo bem obrigada. Infelizmente não sou capaz de responder à tua preocupação, pois a informação que referes é insuficiente para avaliar a situação. Só posso recomendar que procure cuidados médicos num centro de saúde ou numa clínica.

Estudos de Desenvolvimento: Universidade Politécnica prepara novo doutoramento

A Escola Superior de Altos Estudos e Negócios (ESAEN), uma unidade orgânica da Universidade Politécnica, apresentou, na quarta-feira, 15 de Maio, em Maputo, dois novos cursos a serem ministrados, a partir do próximo mês de Agosto.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



Trata-se dos cursos de Mestrado em Pensamento Contemporâneo e Desenvolvimento e Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento, que aguardam a avaliação e classificação do Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior (CNAQ), para a devida acreditação.

Rosânia da Silva, pró-reitora para a Área de Pós-Graduação, Investigação Científica, Extensão Universitária e Cooperação da Universidade Politécnica, disse que "aguardamos pelo CNAQ para fazer a acreditação destes programas apresentados. A mesma será feita ainda este mês de Maio, e esperamos iniciar em Agosto. Em Junho e Julho vamos retomar as inscrições".

O perfil de ingresso admissível para as candidaturas do grau de mestre é ter a classificação mínima de 16 valores. Os programas têm a duração de seis semestres, prorrogáveis num período de dois anos.

Com o propósito de proporcionar uma formação académica avançada, de alta qualidade, e de produzir pesquisas originais na área de Estudos de Desenvolvimento, o programa é também aberto ao público externo e visa estudar e debater assuntos da actualidade, tendo já definidas três áreas do conhecimento: Filosofia, Epistemologia do Conhecimento e Metodologias, que serão leccionadas, na primeira fase do curso, como fase propedéutica.

A segunda fase é a dos seminários obrigatórios, seguida pela terceira e última fase que contempla a pesquisa e a elaboração da tese. No final do curso, o estudante deverá ser capaz de demonstrar um conhecimento aprofundado na vertente dos Estudos de Desenvolvimento.

"Queremos os melhores, por isso deixamos aberto para os que tiverem experiência comprovada. Não estamos a fechar a porta para os que tiverem nota inferior a 16 valores", concluiu a pró-reitora.

Importa referir que a primeira fase da estrutura curricular comum para doutorandos e a segunda fase de seminários obrigatórios terão cada, uma carga horária de 120 horas, terminando com o exame de qualificação, apresentação e defesa do projecto.

Chuma Nwokocha, AD do Standard Bank: "Investimentos em infraestruturas de refinarias, estradas, condutas e habitação vão impulsionar o consumo de energia"

O continente africano vai continuar a acolher investimentos no sector de petróleo e gás, nos próximos três a cinco anos, uma vez que a estabilização dos preços do petróleo, em acima de 60 dólares o barril, e a população em rápido crescimento no continente, atraem grandes produtores independentes do petróleo para uma das últimas fronteiras de investimento em energia do mundo.

Uma série de projectos de exploração bem sucedidos, na última década, fez crescer o número de países africanos, com reservas provadas do petróleo e gás, para 28, graças à novas descobertas no Gana, Níger, Moçambique, Uganda, Quénia, Senegal, Mauritânia e África do Sul.

Segundo o administrador delegado do Standard Bank, Chuma Nwokocha, o investimento necessário para implementar projectos nesses países dará um novo impeto ao consumo do petróleo no continente africano, que com um nível de 4 milhões de barris por dia já excede, significativamente, o nível de 2,1 milhões de barris diários de produção.

"Uma população em rápido crescimento, a rápida urbanização e o crescimento económico acelerado estão a criar uma lacuna entre a demanda do gás, produtos petrolíferos e a sua capacidade de fornecimento, que vai aumentar gradualmente ao longo do tempo", sustentou Chuma Nwokocha.

"Isso servirá para atrair mais investimentos de grandes produtores independentes de petróleo, o que



por si só exercerá mais pressão na demanda, já que o investimento resultante em infraestruturas de refinarias, estradas, condutas e habitação impulsiona o consumo de energia", frisou.

O sector do petróleo e gás do continente africano está uma vez mais a atrair investimentos de empresas de exploração e refinaria, após uma pausa prolongada provocada por uma queda nos preços do petróleo, que caiu para menos de 30 dólares o barril, no início de 2016.

Uma melhoria nos preços do petróleo, conforme indicou o administrador delegado do Standard Bank, deve chegar a uma média entre 60

e 70 dólares o barril, nos próximos três a cinco anos, atraindo mais interesse no continente, que está a registar um aumento populacional que provavelmente levará ao aumento duplicado da população para 2,5 biliões por ano até 2050, de acordo com as projecções da Organização das Nações Unidas (ONU).

A mais recente edição do BP Energy Outlook indica que o continente africano representará 6% da demanda global de energia até 2040.

Em 2018, a Agência Internacional de Energia (AIE) indicou que a demanda global de energia aumentaria em mais de 24% até 2040, sendo assim necessário mais de 2 mil milhões de dólares, por ano, em investimento para trazer novos projectos de fornecimento de energia.

Dado o contínuo crescimento da população africana e o crescimento económico, é provável que uma parte desse investimento seja direcionada para o mercado de energia relativamente inexploreado do continente.

"Toda essa actividade de investi-

REO confirma que Governo está financiar défice com Dívida Interna

O Relatório de Execução do Orçamento (REO) confirma as constatações do @Verdade que o Governo de Filipe Nyusi está a financiar a sua despesa maioritariamente com Dívida Pública Interna, foram 5,4 biliões só no 1º trimestre do corrente ano.

Texto: Redacção

O Orçamento de Estado (OE) de 2019 foi aprovado com um défice de 93 biliões de Metacais, a expectativa do Executivo é obter 65,4 biliões desse dinheiro em falta principalmente com recurso a empréstimos ao banco central, aos bancos comerciais, instituições financeiras e através da emissão de Títulos de Dívida Pública do Tesouro e ainda obter 27,7 biliões de Metacais em donativos dos Parceiros de Cooperação.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO EM 2019						
FINANCIAMENTO DO DÉFICE, SEGUNDO A CLASIFICAÇÃO ECONÓMICA (Créditos na CIIU e Utilizações Diretas)						
	Reservado	Reservado	Reservado	Reservado	Reservado	Reservado
Deficit Financeiro por Despesas	27.700.000	4.035.844	303.781	1.045.694	1.045.694	8,17
Contribuição Compulsória a Projectos	7.322.000	872.899	103.482	312.160	312.160	1,12
Pré-Reserva	102.207	102.207	102.207	102.207	102.207	0,03
PI-PRÉ-RESERVA	102.207	102.207	102.207	102.207	102.207	0,03
PI-Área de Saúde e Bem-Estar Social	2.101.762	10.000	10.000	10.000	10.000	0,15
PI-Área de Desenvolvimento Económico	180.100	0	0	0	0	0,01
PI-PIB	180.100	0	0	0	0	0,01
PI-Área de Administração Pública	10.000	0	0	0	0	0,00
PI-PIAP	10.000	0	0	0	0	0,00
PI-Área de Infraestruturas	10.000	0	0	0	0	0,00
PI-PII	10.000	0	0	0	0	0,00
PI-Área de Cooperação	10.000	0	0	0	0	0,00
PI-PICOOP	10.000	0	0	0	0	0,00
PI-Área de Bens e Serviços	10.000	0	0	0	0	0,00
PI-PIBENS	10.000	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Empresas	60.200.000	38.245	8.126.297	2.000.214	2.000.214	10,01
Deficit Financeiro para Instituições Financeiras	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições Administrativas	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições Sociais	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Segurança Social	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Saúde	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Educação	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Administração Pública	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Bens e Serviços	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Infraestruturas	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Cooperação	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Bens e Serviços	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Infraestruturas	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Cooperação	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Bens e Serviços	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Infraestruturas	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Cooperação	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Bens e Serviços	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Infraestruturas	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Cooperação	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Bens e Serviços	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Infraestruturas	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Cooperação	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Bens e Serviços	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Infraestruturas	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Cooperação	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Bens e Serviços	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Infraestruturas	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Cooperação	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Bens e Serviços	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Infraestruturas	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Cooperação	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Bens e Serviços	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Infraestruturas	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Cooperação	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Bens e Serviços	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Infraestruturas	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Cooperação	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Bens e Serviços	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Infraestruturas	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Cooperação	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Bens e Serviços	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Infraestruturas	15.447.200	0	0	0	0	0,00
Deficit Financeiro para Instituições de Cooperação	15.447.200	0	0	0		

Estabelecimentos comerciais abastecem-se ilegalmente de água através de residências vizinhas com escalão doméstico

A empresa Águas da Região de Maputo (AdeM) vai proceder, dentro em breve, à instalação de contadores totalizadores, numa primeira fase, em cerca de 30 condomínios e prédios, previamente identificados, na cidade de Maputo, visando mitigar as perdas de água, cujo índice atingiu, em Abril, 21 por cento.

As perdas de água fazem com que este líquido precioso não chegue a mais consumidores, para além de gerar uma queda na eficiência da rede de distribuição, representando encargos financeiros para a AdeM, que se reflectem negativamente na facturação.

Com o objectivo de dar uma resposta cabal a este problema, o Departamento Técnico na Área Operacional de Maxaquene da AdeM realizou um levantamento, no terreno, com vista a identificar situações anómalas, que originam estas perdas de água, para a sua posterior correcção.

O gestor do Departamento Técnico na Área Operacional de Maxaquene, na AdeM, Romão Moisés, explicou, a propósito, que uma das acções previstas no combate às perdas de água é a instalação de contadores totalizadores nos prédios e condomínios, onde se regista um consumo que não é fiável.

Esta situação, conforme indicou, constitui uma das maiores preocupações da empresa, uma vez que ela depara-se, nos últimos tempos, com o registo de um elevado índice de perdas.

Com efeito, numa visita efectuada, recentemente, a dois prédios localizados no Bairro Central, uma equipa da AdeM constatou a existência de residências,



com contratos em dia, mas que fornecem ilegalmente água a alguns estabelecimentos comerciais vizinhos.



"Nestes casos, os nossos clientes possuem contratos correspondentes ao escalão doméstico e fornecem água a lojas, sem vínculo contratual com a AdeM, que deviam ser consideradas clientes do escalão comercial", explicou Romão Moisés, destacando o facto de isso acarretar

enormes prejuízos na facturação da empresa.

Foram, igualmente, apuradas, no bairro Central, situações em que os clientes removem os contadores parciais de água, para outros locais propensos às ligações irregulares.

"Queremos melhorar a situação das perdas. Estas constatações afectam negativamente a facturação da empresa, daí que resolvemos instalar contadores

totalizadores, que vão aferir o volume de água que entra num determinado prédio ou condomínio, com vista a apurar o volume do líquido distribuído parcialmente, o que irá determinar a quantidade real das perdas e assim definir o respectivo plano de correcção", concluiu o gestor.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Agência da Av. do Trabalho: Standard Bank apresenta nova cara e novas funcionalidades

Com vista a conferir maior conforto e comodidade, o Standard Bank abriu, na semana passada, a sua nova agência na avenida do Trabalho, na cidade de Maputo, em substituição da antiga.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

A nova agência, construída de raiz numa zona comercial e bastante movimentada, apresenta um espaço de atendimento maior, concebido para prestar um serviço de excelência aos clientes.



ambiente mais acolhedor e que permite maior interacção com os colaboradores.

Dotada da mais recente tecnologia existente no mercado, a agência dispõe de três caixas e igual número de ATM's (duas normais e uma para depósitos), uma máquina para grandes depósitos, disponíveis 24 horas por dia, e um parque de estacionamento com segurança.

A gerente da agência, Nilza Trindade, explicou que a entrada em funcionamento do empreendimento vai consolidar ainda mais a relação que o banco tem com os clientes, que há muito ansiavam por um espaço mais amplo e moderno.

"Trata-se de uma agência implantada numa zona de fácil acesso, com tecnologia de ponta e design moderno, onde os clientes que estão ao nosso redor, e não só, poderão encontrar produtos e serviços à medida das suas necessidades", disse a gerente.

Para os clientes, o facto de ter sido dedicado maior espaço de atendimento, bem como o acréscimo do número de ATM's constituem elementos diferenciadores da agência, que oferece um

"Sentimo-nos mais cómodos no interior da agência pois possui um espaço maior em relação à antiga. O aumento do número das ATM's ajudou-nos bastante. Já não precisamos de ficar muito tempo na fila para levantar dinheiro, e hoje já temos uma ATM para depósitos. As condições melhoraram significativamente", considerou Janete Valente.

Por seu turno, Joaquim Saíde mostrou-se impressionado com o novo empreendimento, principalmente com os serviços disponibilizados aos clientes. "Confesso que é uma agência moderna, construída a pensar nos clientes. Tem um parque de estacionamento e maior acessibilidade. Diferentemente da antiga agência, esta tem as ATM's protegidas, e temos, ainda, a possibilidade de depositar o nosso dinheiro quando (a agência) estiver encerrada".

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Standard Bank está a ajudar a galvanizar o mercado de capitais em Moçambique

O Standard Bank, em parceria com a Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), organizou, recentemente, um workshop sobre o mercado de capitais. A iniciativa tem como objectivo promover junto dos seus clientes esta fonte alternativa de financiamento e diversificação de fontes de financiamento.

Trata-se de uma iniciativa que vai ajudar nos esforços que têm sido empreendidos pela Bolsa de Valores de Moçambique, na promoção do mercado de capitais no País, que ainda é incipiente.

A organização deste workshop surge da constatação de que o mercado de capitais moçambicano ainda está aquém do desejável, pois os investidores não têm onde colocar as suas aplicações devido à falta de títulos no mercado bolsista.

Nesse sentido, e na qualidade de parceiro dos seus clientes e experiência na estruturação deste tipo de operações, o Standard Bank julgou pertinente aconselhá-los a procurar outras fontes alternativas de financiamento, e que ofereçam segurança, nomeadamente o mercado de capitais.

“Há inúmeras vantagens no recurso ao mercado de capitais como fonte de financiamento. Estar cotado na Bolsa de Valores de Moçambique ajuda a criar visibilidade no mercado, valorização potencial das acções, melhor taxa de juro nos empréstimos obrigacionistas e valorização da empresa em resultado da confiança do mercado e dos investidores, que passam a ser vistas como uma empresa transparente e que respeita os princípios de governação corporativa”, explicou Fernando de Oliveira, gestor da Banca de Investimento do Standard Bank.

Para o presidente do Conselho de Administração da BVM, Salim Valá, a iniciativa do Standard Bank vai



Conforme explicou Salim Valá, o nível de capitalização bolsista ainda é muito baixo (cerca de nove por cento do PIB-Produto Interno Bruto), havendo, por isso, necessidade de reverter este cenário.

“Queremos incrementar, significativamente, o nível de capitalização bolsista, e a nossa perspectiva é que, até 2022, atinjamos os 21%. Temos, actualmente, oito empresas cotadas na bolsa e esperamos subir para 10 até ao fim deste ano. Em suma, queremos aumentar o volume de negócios, a liquidez no mercado, bem como o número de títulos cotados na bolsa. Há necessidade de Moçambique ter um mercado de capitais mais pujante”, avançou o presidente do Conselho de Administração da BVM.

O orador afirmou ainda que, nos próximos 15 anos, o mercado de capitais pode ser a principal fonte de financiamento das empresas, pois os requisitos para admissão não são

“um bicho de sete cabeças, como muitas vezes se pensa”.

“Tudo esta sendo feito para que no futuro, a BVM seja o efectivo termómetro que mensura o ambiente de negócio e as tendências da economia em Moçambique” finalizou, Salim Valá.

Durante o evento, a Bayport Moçambique, uma instituição de crédito para funcionários públicos que actua no mercado nacional desde 2012, partilhou a sua experiência no financiamento através da Bolsa de Valores de Moçambique, cuja operação foi estruturada pelo Standard Bank.

“É uma ferramenta muito importante, que alarga as oportunidades de financiamento das empresas que pretendem impor-se no mercado, ajudando, desse modo, a transformar a nossa economia. Recorremos à BVM para assegurarmos o nosso crescimento e continuarmos a alargar a nossa inserção no País, tendo o Standard Bank desempenhado um papel importante na operação, inclusive nos aspectos legais”, disse o director-geral da Bayport Moçambique, Michael Mocke, para quem as empresas devem tirar proveito das vantagens do financiamento através do mercado de capitais.

A Bayport Moçambique entrou no mercado de capitais em 2016 e já emitiu um total de cinco obrigações totalizando mais de 1.5 milhões de Meticais, tendo recebido o prémio de “Melhor Obrigação do Ano em Moeda Local”, referente a 2018, atribuído pela GFC Media Group.

Frelimo mete Ministro do Mar no Conselho Nacional de Defesa e Segurança

A bancada parlamentar do partido Frelimo aprovou, na generalidade, nesta quinta-feira (23) a inclusão do ministro do Mar, Águas Interiores e Pescas no Conselho Nacional de Defesa e Segurança (CNDS). A Renamo votou contra pois considerou que incluir esse pelouro no CNDS é irrelevante. O MDM não participou do debate por não reconhecer o deputado Geraldo de Carvalho, que renegou o partido, como seu representante na comissão parlamentar de Defesa, Segurança e Ordem Pública.

Fundamentando a pertinência da revisão da lei que Regula a Organização, Composição e Funcionamento do CNDS o Ministro da Defesa Nacional, Salvador Mtumuke, disse que a inclusão resulta do facto de o mar ser “um território gigantesco e que acumula riqueza”.

Na óptica do Governo “é lá onde se iniciam ou se complementam actos de terrorismo, o flagelo da pirataria, serve de rota do comércio ilícito de armas, drogas, madeira, pesca ilegal”, entre outras actividades ilegítimas.

O Ministro Mtumuke acrescentou que foi com o objectivo de disciplinar a demanda do oceano e não só que o Governo criou o ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas e os tribunais marítimos. “O mar também joga

papel de relevo no âmbito da soberania nacional”, disse.

Para o partido Frelimo, pela voz da deputada Isaura Júlio, a revisão: “É pertinente e oportuna a revisão da lei, pois a medida visa aprimorar a operacionalização do CNDS como órgão do Estado, de consulta específica do Presidente da República sobre assuntos de soberania nacional, integridade territorial e da defesa do poder democraticamente instituído”.

A bancada do maior partido da oposição que votou contra a proposta por entender que incluir o ministro do Mar, Águas Interiores e Pescas no CNDS é irrelevante, tendo em conta que “estando ele ou não no CNDS, desempenha papel de conselheiro do Presidente da República”.

Os deputados da Renamo na comissão parlamentar de Defesa, Segurança e Ordem Pública, afirmam que sendo verdade que o mar, águas interiores e pescas tem relevante importância no quadro de defesa e salvaguarda dos interesses do Estado, “a proposta devia incluir também o ministro da Agricultura e Segurança Alimentar; o da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural; e o da Ciência e Tecnologia, por se tratar de pelouros que trabalham em áreas bastante sensíveis”.

Segundo eles, nestes pelouros “desenvolvem-se acções que configuram a prática de crimes de contrabando, terrorismo de diferentes tipos tais como o crime organizado, a caça furtiva, o corte ilegal de madeira, entre outras actividades ilícitas”.

Comissão de Petições, Queixas e Reclamações queixa-se de “destrato” do Parlamento

A Comissão de Petições, Queixas e Reclamações da Assembleia da República (AR) recebeu 105 petições de cidadãos que sentem-se injustiçados em processos laborais, conflitos de terra e habitação e até de um grupo que “clama pela padronização ortográfica do txitxopi”. Ironicamente a própria Comissão também se queixa “destrato” e falta de alocação de meios materiais e financeiros por parte do Parlamento para que possa procurar a solução dos problemas do povo.

Texto: Adérito Caldeira

Das centenas de petições que a 8ª Comissão da AR recebeu, entre Julho de 2018 e Abril de 2019, metade são de conflitos laborais de cidadãos que reclamam indemnização por despedimento sem justa causa, reintegração na Função Pública ou revisão de pensões de aposentação.

Como é a petição de mais de 200 trabalhadores da Empresa Moçambicana de Cargas que “solicitam a intervenção da Assembleia da República junto do Millennium Bim no sentido de responsabiliza-lo do pagamento dos salários em atraso e das indemnizações dos trabalhadores”, pois o banco penhorou e ganhou em tribunal todos os bens da extinta empresa.

Ou do cidadão Isac Baloi que “reclama pagamento dos seus salários correspondentes ao período de Abril de 1991 a Dezembro de 1996, tempo em que o Estado deixou de tutelar a empresa Maragra onde trabalhou como director-geral”.

Ou ainda a queixa do pastor Raimundo José que “solicita a Assembleia da República para que inste a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) ou quem de direito para que sejam salvaguardados os seus direitos, na sequência do seu despedimento sem justa causa do altar daquela igreja”.

Existem também dezenas de petições relacionadas com conflitos de terra e outras tantas relativas a posse de habitação porém sui generis é a petição do Grupo de cidadãos da Comunidade Vatxopi que “clama pela padronização ortográfica do txitxopi”.

Os Vatxopi sentem-se “(...) lesados pelo facto de, depois de três décadas, lamentavelmente no dia 25 de Maio de 2018, por votação dos participantes do IV Seminário sobre a Padronização da ortográfica de Línguas Moçambicanas, ter imperado a favor do grafema C em detrimento do TX”, o Grupo de cidadãos considera essa decisão “uma interferência para desestabilizar a Comunidade Vatxopi”.

Após auscultar o Ministério da Educação e Desenvolvimento, o Ministério da Cultura e Turismo e a Universidade Eduardo Mondlane a Comissão de Petições, Queixas e Reclamações da Assembleia da República decidiu que o Grupo de cidadãos “pode continuar a usar o grafema TX reconhecendo-lhe o direito e a liberdade de escrever como sempre escreveu e quer continuar a escrever”.

Entretanto a 8ª Comissão queixou ao Plenário que falta-lhe meios materiais e financeiros para atender as petições e o deputado Francisco Campira, vice-presidente, manifestou a preocupação pelo “destrato a que a que os Membros da Comissão estão sujeitos como autênticos enteados, pois o seu objecto de trabalho que é procurar solução para a tranquilidade dos problemas que inquietam os nossos cidadãos não encontram a devida relevância nem sensibilidade da Magna Casa do Povo”, afirmou nesta quarta-feira (22).